UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA SAÚDE
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO NA SAÚDE

Cristiane Mondadori

O lugar das relações étnico-raciais nos currículos de cursos de graduação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

Porto Alegre
2023

Cristiane Mondadori

O lugar das relações étnico-raciais nos currículos de cursos de graduação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ensino na Saúde.
Orientadora: Prof.ª Dra. Maria Isabel da Cunha
Coorientadora: Prof.ª Dra. Cleidilene Ramos Magalhães

Porto Alegre
2023

Catalogação na Publicação

Mondadori, Cristiane
O lugar das relações étnico-raciais nos currículos de cursos de graduação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre / Cristiane Mondadori. -- 2023.
71 p. : 30 cm.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde, 2023.

Orientador(a): Maria Isabel da Cunha ; coorientador(a): Cleidilene Ramos Magalhães.

1. Relações Étnico-raciais. 2. Educação Antirracista. I. Título.

Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da UFCSPA com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Folha de Aprovação

Cristiane Mondadori

O lugar das relações étnico-raciais nos currículos de cursos de graduação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Ensino na Saúde da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ensino na Saúde.

Data da Defesa: 13/06/2023

Banca Examinadora

_____

Profª Dra. Georgina Helena Lima Nunes (UFPel)

_____

Profª Dra. Juliana Lopes de Macedo (UFCSPA)

_____

Prof. Dr. Alexandre do Nascimento Almeida (UFCSPA)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer à Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, meu local de trabalho desde 2014, que foi palco para essa dissertação, e pela confiança dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Saúde, por terem acreditado no potencial do meu projeto e, consequentemente, em mim. Alguns percalços não imaginados surgiram no caminho, mas fiz todos os esforços para corresponder à altura do Programa. Agradeço também à educação pública e de qualidade que a UFCSPA oferece. Como aluna oriunda do ensino fundamental e médio públicos, era algo não pensado por mim a oportunidade de ter uma graduação em universidade pública e estar finalizando um Mestrado.

Agradeço à minha família, em especial a minha irmã, Silvana Mondadori, por ter me dado suporte nesta caminhada, com a partilha de experiências e conhecimentos.

Às professoras Maria Isabel da Cunha, minha orientadora e Cleidilene Ramos Magalhães que me coorientou sou grata, não apenas por me acompanharem nessa jornada, mas pelo apoio incondicional nos momentos desafiantes que enfrentei.

Aos meus amigos, TODOS (e são muitos, impossível citar todos os nomes), mas especialmente à Daia, ao Titi, à Quelen, à Fê, à Rita, ao Fael, ao Jeandro e à Naama, por terem sido meus portos seguros durante essa caminhada, por tantas vezes ouvirem minhas inseguranças e segurarem a minha mão e por estarem ao meu lado, mesmo quando eu não podia estar ao lado deles, por causa das exigências do Mestrado.

À Thaís, que além de colega de Mestrado, também partilha comigo o local de serviço, e se tornou uma grande amiga, agradeço pelas horas infindáveis de Google Meet, em que muitas vezes trocamos e partilhamos conhecimento, principalmente enquanto éramos dupla nas cadeiras do Mestrado, e também pelas horas de conversa, de consolo, de trocas de experiências, de carinho, de cuidado. Obrigada por estar sempre disponível e disposta a me ajudar.

Devo nomear, também, os demais colegas de Mestrado, e em especial, aos que fazem parte de um grupo seleto de WhatsApp, que contribuíram para fazer o percurso mais leve e divertido. Destaco minha gratidão também ao colega Rafael, por ter sido meu parceiro em várias oportunidades acadêmicas, em que pudemos crescer juntos, partilhar momentos de desabafos, que ajudaram a tornar o caminho mais tranquilo.

Aos meus ex-colegas e amigos do Curso de Gastronomia, pelo apoio de sempre, em especial ao Ricardo, à Letícia, à Ananda e à Ana Luiza. Vocês foram luz em muitos momentos em que a energia estava baixa por aqui.

À Tiele, pelo suporte sempre que precisei.

A minha psicóloga, Nara, que foi suporte essencial neste período (e em tantos outros).

Agradeço, também:

À professora Cheila, minha orientadora do TCC da Gastronomia e amiga, fonte de muita inspiração para que eu desse continuidade ao projeto que juntas iniciamos.

À professora Ana Luiza Pires de Freitas que confiou no meu potencial e oportunizou um espaço muito rico de trocas e aprendizagem durante a realização da prática de ensino.

Ao colega e amigo Régis, secretário do PPG, por tantos auxílios e parcerias durante as atribulações da jornada.

Aos professores Alexandre Almeida e Georgina Nunes que participaram da minha banca de qualificação de Mestrado, enriquecendo grandemente o meu projeto.

Ao professor Raphael Caballero, pela compreensão nos momentos em que precisei, e pela ajuda com a escrita da dissertação.

À professora Margaret Gerbase, que talvez nem saiba, mas foi uma grande inspiração para mim, nos anos em que passamos juntas na Coordenação do Curso de Medicina. Grata pelos conselhos de sempre e por acreditar na minha capacidade.

À anterior e à atual gestão do Curso de Medicina e à colega Martha, por terem sido compreensivas e por acreditarem em mim.

Aos alunos do Curso de Medicina, que são hoje a razão do meu esforço e dedicação como profissional e também o motivo de tantas alegrias. Grata pelo carinho de sempre e pela compreensão quando avisei que precisava de um tempo para finalizar o Mestrado.

Ao meu time do coração, o Grêmio, por ter sido meu suporte emocional durante vários momentos em que achei que deveria desistir dessa caminhada tão árdua. O que alguns podem ver como fuga da realidade, foi o que muitas vezes me manteve em pé para continuar. Uma inspiração que faz com que eu lembre, todos os dias, que as adversidades podem ser superadas. Cabe aqui salientar, também, que eu sempre quis mostrar que o Grêmio não é um clube racista (nem hoje, nem em suas origens, mas isso é conversa para outro momento), então, ouso dizer que talvez, inconscientemente, ser gremista, foi o que me levou a buscar mais conhecimento sobre as questões étnico-raciais e a lutar contra o racismo.

Ao Edevaldo, que surgiu em minha vida exatamente quando eu mais precisava de motivação para encerrar esse ciclo e me tornar mestre. Há pessoas que surgem no momento certo para ajudar a colocar nossos planos no lugar e dar forças para que eles virem realidade. Grata pela companhia nessa reta final.

Enfim, muito obrigada a todos/as aqueles/as que acompanharam essa trajetória e fizeram dela menos dolorida, ou, porque não dizer, mais colorida.

Sem mais.

Há uma luz em algum lugar
Que vai fazer seu sonho se realizar
(Nunca deixe de sonhar - Música do KLB)

RESUMO

Esta pesquisa objetivou verificar qual o lugar das relações étnico-raciais nos cursos de graduação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. A intenção foi verificar o que já está sendo feito atualmente na Instituição e buscar formas de ampliar o ensino sobre a temática. Partindo de uma disciplina eletiva ofertada em 2020, foi possível verificar as percepções de docentes, bolsistas de apoio técnico e discentes envolvidos e a relevância do ensino das relações étnico-raciais no contexto de cursos que formam essencialmente profissionais da área da saúde. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utilizou pesquisa documental, entrevistas e questionários. Os dados gerados foram analisados e interpretados por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2009). Os dois temas gerados a partir das entrevistas com docentes e bolsistas de apoio técnico foram (1) Ampliar o lugar das relações étnico-raciais nos cursos UFCSPA e (3) Perspectivas: o que se busca/pretende fazer e quais os desafios a serem enfrentados. A partir dos questionários que foram aplicados aos discentes foram gerados três temas, a saber, (1) Ampliar o lugar sobre o tema; (2) Impacto da disciplina e (3) Perspectivas. O estudo mostrou a importância de considerar o ensino das relações étnico-raciais de maneira transversal nos cursos oferecidos pela Universidade e que é necessário e urgente ampliar os espaços de discussão sobre a temática dentro da universidade, a fim de cumprir a missão institucional da UFCSPA de produzir e compartilhar conhecimento e formar profissionais das ciências da saúde com princípios humanistas e responsabilidade social. Outro dado importante é que a criação do Grupo de Estudos Afro-brasileiros, em 2020, (GEAB) foi um avanço significativo nesse sentido, permitindo a realização de atividades relacionadas à temática que antes eram escassas. Isso contribuiu para que a comunidade acadêmica pudesse ter acesso a conhecimentos além do que é ensinado em seus cursos, promovendo uma educação antirracista. Decorrente deste estudo, foram gerados dois produtos: um científico, no formato de um artigo, por entendermos que o uso de periódicos científicos possibilita o compartilhamento independente, ágil e diversificado das etapas da pesquisa e dos resultados encontrados; e um técnico, a proposta de um curso de formação/ extensão que será enviada ao Grupo de Estudos Afro-brasileiros (GEAB) da instituição, para que com sua anuência e suporte, o evento possa ser ofertado para a comunidade interna e externa, de forma sistemática para a abordagem e discussão das relações étnico-raciais na universidade. Ambos os produtos visam contribuir para a ampliação do ligar da temática na formação em saúde na IES em questão.

Palavras-chave: Relações Étnico-raciais; Educação Antirracista; Transversalidade.

ABSTRACT

This research aimed to investigate the place of ethnic-racial relations in undergraduate courses at the Federal University of Health Sciences of Porto Alegre. The intention was to assess what is currently being done at the institution and seek ways to expand education on the topic. Starting from an elective course offered in 2020, perceptions of professors, technical support fellows, and students involved were assessed, as well as the relevance of teaching ethnic-racial relations in the context of courses that essentially train healthcare professionals. This was a qualitative research that used documentary research, interviews, and questionnaires. The generated data were analyzed and interpreted using content analysis proposed by Bardin (2009). Two themes emerged from the interviews with the professors and technical support fellows: (1) Expanding the place of ethnic-racial relations in UFCSPA courses, and (2) Perspectives: what is sought/intended and what challenges need to be faced. Three themes were generated from the questionnaires applied to students, namely: (1) Expanding the place of the topic, (2) Impact of the course, and (3) Perspectives. The study showed the importance of considering the teaching of ethnic-racial relations in a transversal manner in the courses offered by the University, and the need and urgency to expand spaces for discussion on the topic within the university in order to fulfill the institutional mission of producing and sharing knowledge and training healthcare professionals with humanistic principles and social responsibility. Another important finding is that the creation of the Afro-Brazilian Studies Group (GEAB) in 2020 was a significant advancement in this regard, allowing for the implementation of activities related to the topic that were previously scarce. This contributed to the academic community gaining access to knowledge beyond what is taught in their courses, promoting an anti-racist education. As a result of this study, two products have been generated: a scientific one in the form of an article, as we believe that the use of scientific journals allows for independent, swift, and diverse sharing of the research stages and findings. The other product is technical in nature, which is a proposal for a training/extension course that will be submitted to the Afro-Brazilian Studies Group (GEAB) of the institution. With their consent and support, the event can be offered systematically to both the internal and external communities for the purpose of addressing and discussing ethnic-racial relations within the university. Both products aim to contribute to the expansion of the incorporation of this theme into healthcare education at the respective institution.
Keywords: Ethnic-racial Relations; Antiracist Education; Transversality

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
2 REFERENCIAL TEÓRICO 16
2.1 RAÇA, ETNIA E IDENTIDADE RACIAL/ÉTNICA 16
2.2 RACISMO 20
2.2.1 Racismo Institucional 21
2.2.2 Racismo Cultural 22
2.2.3 Racismo Estrutural 22
2.2.4 Racismo Individual 23
2.3 DEMOCRACIA RACIAL 23
2.4 ANTIRRACISMO 24
2.5 INTERSECCIONALIDADE 25
2.6 TRANSVERSALIDADE 25
2.7 CURRÍCULO 26
2.8 LUGAR 27
2.9 POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS 28
2.10 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS 32
3 OBJETIVOS 34
3.1 OBJETIVO GERAL 34
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 34
4 MATERIAIS E MÉTODOS 35
4.1 DELINEAMENTO 35
4.2 CENÁRIO DO ESTUDO 36
4.3 PARTICIPANTES 36
4.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO 37
4.5 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO 37
4.6 ASPECTOS ÉTICOS 37
4.7 GERAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS 38
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO 43
5.1 ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: CONCEPÇÕES DE DOCENTES E BOLSISTAS E PERCEPÇÕES DE DISCENTES DE UMA IES DO SUL DO BRASIL (APÊNDICE F) 44
5.2 PRODUTO TÉCNICO EDUCACIONAL: PROPOSTA DE EVENTO NA TEMÁTICA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (APÊNDICE F) 46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 48

REFERÊNCIAS **51**
APÊNDICE A **55**
APÊNDICE B **58**
APÊNDICE C **61**
APÊNDICE D **62**
APÊNDICE E **63**
APÊNDICE F **71**

1 INTRODUÇÃO

Este estudo foi idealizado a partir da realização do meu Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gastronomia, realizado na UFCSPA, com a temática “Ensino de Gastronomia Africana nos Cursos de Gastronomia de Instituições Públicas no Brasil”. Na ocasião senti falta de uma disciplina que abordasse esta temática no curso e nos desse mais elementos teóricos e práticos sobre esse campo de conhecimentos. Busquei, então, nos Cursos de Gastronomia das demais universidades públicas brasileiras disciplinas com conteúdo sobre a temática e pouco encontrei. Não me surpreendi ao ver que os resultados mostraram uma realidade ainda longe de ser a ideal, pensando que a educação para as relações étnico-raciais deveria estar incorporada nos currículos de todos os cursos de graduação no Brasil.

Encontrei outras formas de abordar a temática nos Cursos de Gastronomia, por óbvio, mas na minha opinião, seria muito rico que pudéssemos contar com uma disciplina que nos aproximasse na prática de uma cozinha tão vasta e que contribuiu tanto para com a culinária brasileira.

A partir de então, surgiu o desejo de pesquisar mais sobre o tema. Como estariam os demais cursos, especialmente olhando para a UFSCPA, instituição onde trabalho? Como está se dando o ensino das relações étnico-raciais nos demais cursos de graduação da Universidade, instituição em que me graduei recentemente e que também atuo profissionalmente como secretária executiva há quase 9 anos, sendo os 5 últimos, como secretária do Curso de Medicina?

É importante destacar, aqui, que sou uma mulher branca e que reconheço meu privilégio. Reconheço, também, que a partir do meu lugar de fala, tenho direito de lutar por aquilo que acho correto, em prol das classes menos favorecidas. De acordo com o entendimento de Ribeiro (2020):

> Todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar, e como esse lugar impacta diretamente a constituição dos lugares de grupos subalternizados (RIBEIRO, 2020, p. 85).

Entendo que ações educativas voltadas para combater o racismo e as diversas formas de discriminação são muito relevantes para a formação acadêmica dos profissionais da área da saúde, pois estes, muitas vezes, irão se defrontar com essa temática durante o desempenho do seu trabalho. Cabe, ainda, destacar que o tema demonstra relevância também por estar elencado no documento que institui a avaliação dos cursos superiores.

De acordo com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e a distância, para fins de reconhecimento ou renovação de reconhecimento desses cursos, a inclusão da educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos, constitui critério de análise na avaliação dos componentes curriculares, sendo um dos itens avaliados na organização didático-pedagógica dos cursos (SINAES - BRASIL, 2017).

Segundo o Portal do MEC[1], alguns cursos de graduação da área da saúde, como os cursos de Farmácia, Medicina, Psicologia, entre outros, já atualizaram suas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), incluindo a abordagem de temas transversais relacionados a questões étnico-raciais, de história e cultura afro-brasileira e indígena, entre outros.

De acordo com o Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), os temas transversais foram definidos a partir da urgência social, abrangência nacional e possibilidade de favorecer a compreensão da realidade e a participação social. Os temas transversais que compõem este documento são: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual e Temas Locais. Quanto à Pluralidade Cultural, tema transversal que diz respeito a este estudo, é importante destacar:

> O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural (BRASIL, 1997).

Nesse contexto, cabe destacar que além de disciplinas obrigatórias e eletivas que abordam temas transversais, bem como atividades ligadas à extensão, a UFCSPA conta com o Núcleo de Inclusão e Diversidade (NID) que é um espaço

[1] Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>. Acesso em: 20 dez 2022.

permanente, de natureza interdisciplinar e institucional, ligado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). É composto por docentes, técnicos-administrativos e bolsistas de apoio técnico. O NID desenvolve suas atividades buscando a promoção de políticas e ações que efetivem a inclusão e a diversidade na comunidade da UFCSPA, colaborando com os processos de acesso, de permanência, de participação e de aprendizagem em todos os níveis, ambientes, relações e cotidianos da Universidade (UFCSPA, 2020b).

Em novembro de 2020, o NID lançou o Grupo de Estudos Afro-brasileiros (GEAB), grupo do qual faço parte desde abril de 2021, cujo objetivo é difundir e promover o debate acerca das relações étnico-raciais, estudos afro-brasileiros, africanos e indígenas, através de ações de pesquisa, ensino e extensão, contribuindo para a inclusão e a diversidade na universidade. O GEAB é composto por professores, alunos, técnico-administrativos e bolsistas de apoio técnico (UFCSPA, 2020).

Como primeira ação, o GEAB disponibilizou a disciplina eletiva Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros, um dos objetos deste estudo. A súmula do plano de ensino da disciplina informa que ela trata de questões referentes à saúde da população negra, em aspectos como políticas públicas, acesso ao Sistema Único de Saúde e ao Sistema Único de Assistência Social, saúde mental, alimentação, formação profissional, dentre outras particularidades que contemplem a unidade entre raça, classe e gênero. Em seu contexto mais amplo, busca inserir o debate sobre a população negra na formação social brasileira, em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, além de conceitos como raça, racismo e ações afirmativas no Brasil.

A criação do GEAB e desta primeira disciplina eletiva focada inteiramente nas questões étnico-raciais demonstra uma preocupação por parte da instituição em se adequar às atualizações de leis e diretrizes curriculares que preconizam o ensino desta temática em cursos a nível de graduação. Assim, em consonância com o que já está sendo feito na Instituição, a presente pesquisa pretendeu contribuir para a ampliação do ensino das relações étnico-raciais, tendo como ponto de partida a análise da disciplina eletiva, bem como do perfil e percepções dos/as alunos/as matriculados/as e das organizadoras da disciplina.

Cremos que se fez necessário este estudo, uma vez que desde 2003 políticas públicas, visando minimizar as desigualdades, vêm sendo criadas em nosso país,

sem, entretanto, um investimento mais intenso na prática das instituições universitárias.

Nesta perspectiva, o presente estudo se situou no contexto dessa temática, e propôs a seguinte questão de pesquisa: “como ampliar o ensino das relações étnico-raciais nos cursos de graduação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, partindo do que já está sendo realizado atualmente?”

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 RAÇA, ETNIA E IDENTIDADE RACIAL/ÉTNICA

Para iniciar este referencial teórico foi importante dar destaque a alguns conceitos fundamentais para a construção deste estudo. O primeiro termo trazido é sobre a palavra “raça”, que possui várias definições.

De acordo com Guimarães (2003), professor de sociologia da USP, não há apenas um conceito para definir a palavra “raça”. Para ele, “depende de se estamos falando em termos *científicos* ou de se estamos falando de uma categoria do mundo real” (GUIMARÃES, 2003, p. 95). Sob a ótica das ciências sociais, há uma distinção entre dois tipos de conceitos: os analíticos e os nativos. Na visão do professor, a palavra “raça” tem pelo menos dois sentidos analíticos: um reivindicado pela biologia genética e outro pela sociologia. E para além desses usos analíticos, temos “raça” como conceito nativo.

> Um conceito ou categoria analítica é o que permite a análise de um determinado conjunto de fenômenos, e faz sentido apenas no corpo de uma teoria. Quando falamos de conceito nativo, ao contrário, é porque estamos trabalhando com uma categoria que tem sentido no mundo prático, efetivo. Ou seja, possui um sentido histórico, um sentido específico para um determinado grupo humano (GUIMARÃES, 2003, p. 95).

Do ponto de vista da biologia, o termo “raça” é utilizado como uma categoria de classificação dos seres. É um subnível de classificação, que pode ser chamado também de subespécie (Santos, 2018): “Para falar em raças biológicas, é preciso haver uma diferença genética significativa entre grupos dentro de uma mesma espécie. Nem tão grande que impeça o cruzamento entre eles, e nem tão pequena que não cause grandes diferenças físicas” (SANTOS, 2018).

Santos (2018), professor de Biologia, defende que não há razão para se utilizar esse termo no campo biológico, uma vez que não há variação genética nos humanos que justifique esse conceito. Para ele, “raça” deve ser conceituada a partir da perspectiva das ciências sociais.

Almeida (2021) contribui afirmando que o conceito de raça é uma construção social e histórica que não tem base biológica, mas sim é fruto de relações de poder e dominação. Ele afirma que, no contexto brasileiro, a ideia de raça está fortemente

associada à experiência histórica de opressão e exploração dos povos negros e indígenas, que foram subjugados e subalternizados em benefício dos grupos dominantes brancos. Baseado em conceitos de Tzenan Todorov e Frantz Fanon, ele afirma que a raça opera a partir de dois registros básicos que se entrecruzam e complementam:

> 1) como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele, por exemplo. 2) como característica étnico-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes, “a uma certa forma de existir” (ALMEIDA, 2021, p. 30 e 31).

Ainda de acordo com Almeida (2021), embora a antropologia surgida no início do século XX e a biologia há muito tenham demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem a discriminação entre os seres humanos, “a noção de raça ainda é um fator político muito importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários” (ALMEIDA, 2021, p. 31).

É importante, também, destacar as controvérsias em torno dos conceitos de raça e etnia, que muitas vezes são considerados como categorias distintas, com a raça sendo vista como um conceito biológico e a etnia como um conceito cultural. No entanto, a raça não é uma categoria biológica e, portanto, a etnia também não pode ser considerada estritamente cultural, já que a delimitação dos grupos étnicos muitas vezes parte de uma suposta alocação desses grupos dentro dos grupos populacionais raciais, levando em conta características somáticas, linguísticas e culturais.

O conceito de raça é, portanto, uma convenção arbitrária e pode ser visto como uma categoria descritiva da antropologia, baseada em características físicas aparentes. Como resultado, o uso dos termos raça e etnia está circunscrito à destinação política que se pretende dar a eles (OLIVEIRA, 2004). Em resumo, a distinção entre raça e etnia é complexa e muitas vezes ambas estão entrelaçadas no contexto brasileiro, exigindo uma análise crítica das estruturas sociais que perpetuam a opressão e a exclusão desses grupos.

Na concepção de Almeida (2021), raça e etnia são construções sociais distintas, mas frequentemente interligadas no contexto brasileiro. A raça está relacionada a características biológicas e fenotípicas, como a cor da pele, enquanto a etnia se refere a características culturais, linguísticas e históricas compartilhadas

por um grupo de pessoas. No entanto, ele argumenta que a distinção entre raça e etnia não é clara e muitas vezes é utilizada de forma imprecisa. Por exemplo, no Brasil, as diferenças étnicas muitas vezes são estereotipadas e associadas à raça, devido à longa história de racismo e desigualdade racial no país. O autor enfatiza que tanto a raça quanto a etnia são construções sociais dinâmicas e que estão relacionadas a relações de poder e dominação.

De acordo com Cunha; Santos (2014), após os horrores da Segunda Guerra Mundial, houve uma movimentação por parte dos cientistas, tanto na psicologia quanto nas outras ciências humanas, para abolir a ideia de raça, e desautorizar o seu uso como categoria científica. Buscava-se explicar as diferentes características físicas, psicológicas e intelectuais da população por meio de fatores ambientais, como condições sociais, econômicas e educacionais, e não mais pelo pertencimento a diferentes grupos raciais. Isso se deu em uma tentativa de desconstruir a ideia de que determinantes genéticos pudessem causar essas diferenças.

No entanto, a raça ainda persiste como um constructo sociológico, resultado de discursos que só fazem sentido em um determinado contexto histórico e que estão ligados a uma teoria. Não é possível definir geneticamente diferentes raças humanas, tornando a raça uma construção social que remete à origem de um grupo com base em traços fisionômicos, transpostos para qualidades morais e intelectuais. Além disso, a raça é também um discurso sobre a origem étnica, que remete a um conjunto de indivíduos com um mesmo ancestral, língua, religião e cultura, que compartilham o mesmo território.

A cor da pele, por sua vez, é uma categoria mais comum e naturalizada, que é orientada pela própria ideia de raça, ou seja, por um discurso classificatório sobre qualidades, características e essências transmitidas pelo sangue, que remontam a um ancestral comum. No entanto, essa categorização não tem base científica e é, na verdade, um produto de uma construção social e histórica que tem sido usada para justificar a opressão e a desigualdade.

Outro termo importante para este estudo é “identidade racial/étnica”. Existem muitos estudos brasileiros, principalmente na área das ciências sociais e humanas sobre este termo. Dentre os autores que se destacam nessa temática no Brasil, podemos citar Kabengele Munanga, Lélia Gonzalez, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, entre outros. Esses autores têm produzido obras importantes para a compreensão das questões raciais no país, incluindo a discussão sobre a construção

social da identidade racial e os desafios enfrentados pelos afrodescendentes para afirmarem sua identidade negra.

A identidade racial/étnica é construída social, cultural e politicamente, e envolve um sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico adquirido por meio da história de vida, socialização/educação e consciência diante das prescrições sociais raciais ou étnicas de uma cultura. No Brasil, assumir uma identidade racial negra é um processo extremamente difícil e doloroso devido à falta de modelos positivos de sucesso e à inexistência de respeito à diversidade de identidades raciais/étnicas (OLIVEIRA, 2004).

Munanga (2004) aborda a identidade racial como uma construção social e cultural, que é formada a partir de uma série de fatores, incluindo a história, a cultura e a política. Ele destaca que a identidade racial não é algo natural ou inato, mas sim algo que é construído ao longo do tempo por meio de processos de socialização e aprendizado. Ele argumenta que a identidade racial é influenciada por fatores como a história familiar, a educação, a mídia e as experiências pessoais.

Além disso, Munanga (2004) enfatiza que a identidade racial pode ser vista de forma positiva ou negativa, dependendo da forma como a pessoa se relaciona com sua própria ancestralidade e com as prescrições sociais que cercam sua identidade. Ele argumenta que a identidade racial positiva pode ajudar as pessoas a se sentirem mais conectadas com sua cultura e sua comunidade, enquanto a identidade racial negativa pode resultar em sentimentos de isolamento e baixa autoestima. Por fim, destaca que a identidade racial é um aspecto importante da vida de todos os indivíduos, independentemente de sua raça ou etnia. Ele argumenta que é importante reconhecer a diversidade e a complexidade da identidade racial e trabalhar para criar sociedades mais inclusivas e justas para todos.

Para Gonzalez; Hasenbalg (1982), a identidade racial é uma forma de resistência à opressão e de afirmar-se como sujeito político. Eles enfatizam a importância da consciência negra para a construção da identidade racial, que envolve o reconhecimento da opressão vivida pelos negros e a busca por formas de resistência e transformação social.

Gonçalves; Silva (2018), afirma que a identidade racial é uma construção social que se baseia em características físicas, históricas, culturais e políticas que são utilizadas para identificar e classificar as pessoas em diferentes grupos raciais. Além disso, ela argumenta que a identidade racial não é algo fixo ou natural, mas sim um

processo dinâmico e complexo que é moldado por diversos fatores, como a experiência histórica de opressão e exclusão dos povos negros no Brasil.

Diante da compreensão de que a raça é uma construção social e histórica que está profundamente enraizada em relações de poder e dominação, é preciso considerar as implicações desse conceito para a luta contra o racismo. O reconhecimento da identidade racial é um primeiro passo importante para a superação do racismo, mas não é suficiente. É necessário também abordar as formas sutis e difusas de opressão racial que permeiam toda a sociedade, e que são muitas vezes naturalizadas e invisibilizadas. Assim, abordarei a seguir o conceito de racismo e sua manifestação nas diversas esferas da sociedade.

2.2 RACISMO

Racismo é a discriminação, preconceito ou hostilidade direcionados a indivíduos ou grupos com base em sua raça, etnia ou nacionalidade. O racismo pode se manifestar de várias maneiras, incluindo exclusão social, violência física, tratamento desigual perante a lei, acesso restrito a oportunidades de emprego e educação, entre outras formas. Há diversas definições e abordagens ao tema do racismo, que é objeto de estudo de diversas disciplinas acadêmicas, como a sociologia, a antropologia, a psicologia social e a história.

O racismo é uma ideologia que se desenvolveu historicamente com a finalidade de justificar a subjugação e exploração de grupos humanos por outros grupos. Seu núcleo central é a crença na inferioridade de determinadas raças, etnias ou grupos nacionais em relação a outras, e a consequente justificação da dominação e opressão desses grupos (GUIMARÃES, 1999). Ainda na perspectiva do racismo como ideologia, Munanga (2019), diz que o racismo é uma ideologia que nega a igualdade entre as raças e busca estabelecer uma hierarquia entre elas. É uma forma de discriminação que se baseia em características físicas, culturais e sociais atribuídas às pessoas com base em sua origem étnica.

Para Bonilla-Silva (2020), o racismo é, acima de tudo, uma forma de poder. É o poder de atribuir significado às diferenças e, em seguida, dar-lhes valores diferentes. É o poder de decidir quem se beneficiará e quem será prejudicado por essas diferenças.

Almeida (2021) aborda a questão do racismo como um fenômeno que não se limita a atitudes individuais, mas está enraizado nas estruturas sociais, econômicas e políticas do país. Ele argumenta que o racismo no Brasil é estrutural e sistêmico, e que para combatê-lo é preciso entender suas raízes e as formas como ele se manifesta nas diferentes esferas da sociedade.

Em "Pele Negra, Máscaras Brancas", FANON (2020) discute a experiência psicológica do racismo na vida cotidiana dos negros colonizados. Ele argumenta que o racismo não é apenas uma questão de discriminação ou preconceito, mas uma estrutura complexa de poder que é enraizada em sistemas coloniais e sociais mais amplos. Fanon descreve a forma como a negritude é vista como inferior e subordinada em relação à branquitude, e como essa percepção é internalizada pelos negros colonizados. Ele descreve o racismo como uma forma de violência simbólica que pode levar à alienação, depressão e até mesmo doenças mentais.

Pode se apreender, então, que o racismo é uma forma de discriminação que se baseia na ideia de que algumas raças são superiores a outras. O racismo pode se manifestar de várias formas e afetar diferentes grupos de pessoas. A partir disso, irei explorar alguns dos tipos de racismo mais comuns.

2.2.1 Racismo Institucional

O racismo institucional refere-se a práticas discriminatórias enraizadas nas estruturas e políticas das instituições sociais, econômicas e políticas.

O racismo institucional se origina das práticas das instituições que reproduzem, mesmo que de forma indireta, as desigualdades e os privilégios baseados na raça. Essa reprodução pode ocorrer de maneiras diversas e ser mascarada pela desigualdade e pelas relações de poder que permeiam as instituições. Como resultado, a população negra é frequentemente impedida de ter acesso a oportunidades e é limitada em sua capacidade de ascender a posições de destaque em instituições públicas e privadas. O racismo institucional pode ser encontrado em instituições culturais, educacionais, religiosas, sociais e em muitas outras áreas da sociedade (Almeida, 2021; Kilomba, 2019).

2.2.2 Racismo Cultural

O racismo cultural é uma forma de discriminação que se baseia em estereótipos culturais, como a crença de que certos grupos étnicos são preguiçosos, violentos ou supersticiosos. De acordo com Ribeiro (2017), o racismo cultural é a forma de racismo que se oculta sob o manto da cultura.

O racismo que busca justificativa racional, é baseado em características individuais determinadas pelo genótipo ou fenótipo, e pode se transformar em racismo cultural. Nesse caso, o alvo do racismo não é mais o indivíduo em si, mas uma determinada forma de existir e de se manifestar culturalmente (FANON, 2018).

2.2.3 Racismo Estrutural

Bersani (2018) afirma que o racismo não se limita apenas à consciência individual, mas está profundamente arraigado na estrutura da sociedade, sendo intrínseco ao seu inconsciente. Essa estrutura não está restrita ao âmbito institucional, mas permeia a essência da sociedade, funcionando como um mecanismo para manter, reproduzir e recriar desigualdades e privilégios, perpetuando o atual estado de coisas. Trata-se de um elemento estrutural no Brasil porque foi formatado desde a vigência do escravismo colonial como modo de produção.

Almeida (2021) explora o conceito de racismo estrutural e sua presença na sociedade brasileira, partindo do pressuposto de que o racismo não é apenas uma questão individual, mas também um problema estrutural que permeia a sociedade como um todo. Conforme a visão do autor, o racismo não é limitado a comportamentos individuais, mas é um problema estrutural que se manifesta nas instituições, nas interações sociais, na cultura, na política e na economia. Ao longo do seu livro “Racismo Estrutural”, ele utiliza diversos exemplos para ilustrar como o racismo está presente em diferentes esferas da sociedade brasileira. Aborda desde o racismo no mercado de trabalho até a representação dos negros na mídia, passando pela violência policial e pelo racismo nas escolas.

Um dos exemplos citados por Almeida (2021) é a disparidade racial na renda e na educação. De acordo com o autor, as disparidades raciais no Brasil são tão significativas que, mesmo quando duas pessoas têm um nível educacional idêntico,

a renda de um indivíduo branco é em média 46% maior do que a de um indivíduo negro. O autor menciona outro caso de desigualdade, que é a violência policial direcionada aos negros. Ele enfatiza que a polícia no Brasil tira em média cinco vezes mais vidas de pessoas negras do que de brancas e que esse número é reflexo do racismo estrutural que permeia as instituições policiais.

Almeida (2021) argumenta, ainda, que é necessário reconhecer a existência do racismo estrutural para poder combatê-lo de forma efetiva. Ele propõe uma série de medidas para enfrentar o problema, como ações afirmativas nas universidades, políticas públicas de combate à discriminação racial e a criação de uma consciência antirracista na sociedade como um todo.

2.2.4 Racismo Individual

O racismo individual é a expressão do preconceito e da discriminação por parte de um indivíduo ou de um grupo de pessoas em relação a outros indivíduos ou grupos com base em sua raça ou etnia. Ele pode se manifestar de diversas formas, desde atitudes e comportamentos discriminatórios até a violência física e simbólica. Para Ribeiro (2019), o racismo individual é definido como uma forma de deficiência patológica que surge a partir de um preconceito pré-existente.

A partir do exposto, é possível afirmar que existem muitas formas diferentes de racismo, cada uma com suas próprias características e impactos. Compreender esses tipos de racismo é essencial para combater a discriminação e promover a igualdade entre os povos. É importante lembrar que o racismo não é apenas um problema individual, mas um problema social que requer ação coletiva para ser resolvido.

2.3 DEMOCRACIA RACIAL

O próximo termo a ser explorado é “democracia racial”. A noção de democracia racial é uma crença amplamente difundida de que não há preconceito ou discriminação racial no Brasil, ou que as diferenças raciais são pouco relevantes no

país. Esse conceito tem sido criticado por diversos autores e movimentos sociais que apontam para a existência de racismo estrutural na sociedade brasileira.

Guimarães (1999), argumenta que a democracia racial é uma ilusão, pois o racismo é uma realidade presente na sociedade brasileira. Embora a miscigenação tenha sido uma característica importante na formação da população brasileira, isso não significa que as desigualdades raciais tenham sido superadas. Na verdade, há uma série de indicadores sociais que mostram que a população negra enfrenta diversas formas de discriminação e exclusão social. O autor destaca que a crença na democracia racial é problemática, pois pode levar à negação da existência do racismo e à falta de ações concretas para combater a discriminação racial. Ao invés disso, é preciso reconhecer a realidade do racismo e implementar políticas públicas que visem a promoção da igualdade racial.

2.4 ANTIRRACISMO

Outro termo importante a ser considerado neste estudo é “antirracismo”. O antirracismo é um movimento social e político que busca combater o racismo em todas as suas formas e manifestações. É uma luta pela igualdade racial e pelo reconhecimento das diferenças e diversidades étnicas e culturais.

O antirracismo é uma postura ativa e consciente de combate ao racismo, que visa a promoção da igualdade entre as pessoas independentemente de sua cor de pele ou etnia. O antirracismo não se trata apenas de não ser racista, mas sim de atuar de forma proativa na luta contra o racismo e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Envolve reconhecer a existência do racismo e seus efeitos, além de buscar desconstruir preconceitos e estereótipos racistas que perpetuam desigualdades. Isso implica em uma reflexão constante sobre as próprias atitudes e comportamentos, bem como o engajamento em ações coletivas e políticas que visem a equidade racial. Portanto, o antirracismo é um compromisso ético e político que envolve ações concretas de combate ao racismo em todas as suas formas, desde as mais explícitas até as mais sutis e naturalizadas na sociedade. É um processo contínuo que exige educação, diálogo, empatia e solidariedade, além da conscientização sobre a importância da diversidade e da valorização da cultura e história dos povos racializados (RIBEIRO, 2019).

2.5 INTERSECCIONALIDADE

A interseccionalidade é um termo que tem ganhado cada vez mais relevância na luta contra o racismo, o sexismo, a homofobia e outras formas de opressão social. É uma abordagem teórica e política que reconhece a complexidade e a interconexão das diversas dimensões da identidade e da experiência social, incluindo raça, gênero, sexualidade, classe social, entre outras.

A interseccionalidade é uma abordagem teórica que visa compreender as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Essa abordagem analisa especificamente como o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios contribuem para a criação de desigualdades fundamentais que afetam a posição relativa de grupos marginalizados, como mulheres, pessoas de diferentes raças, etnias e classes sociais. Adicionalmente, a interseccionalidade examina como políticas e ações específicas podem gerar opressões que permeiam esses eixos, resultando em aspectos dinâmicos e ativos do processo de desempoderamento desses grupos (CRENSHAW, 2002).

A interseccionalidade é uma abordagem que examina como as relações de poder que se cruzam e se interligam influenciam as relações sociais em sociedades diversificadas, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. A interseccionalidade, como uma ferramenta analítica, considera que categorias como raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, etnia, entre outras, estão interconectadas e moldam-se mutuamente. Essa abordagem oferece uma maneira de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2020).

2.6 TRANSVERSALIDADE

Para compreendermos a transversalidade no ensino, é necessário considerar que se trata de uma abordagem didática que busca proporcionar aos alunos a aprendizagem por meio de uma prática educativa que leve em conta a realidade e as

questões da vida em constante transformação. A transversalidade no ensino é um instrumento de ação essencial, tanto para uma compreensão aprofundada da realidade vivenciada pelos estudantes, quanto para o desenvolvimento de uma abordagem didática capaz de fomentar não apenas uma visão crítica, mas também a prática de uma convivência ética e humanitária. Dessa forma, a transversalidade permite que o conhecimento seja transmitido de forma mais ampla e integrada, oferecendo aos estudantes uma compreensão mais completa e crítica do mundo que os rodeia, possibilitando que adquiram não só conhecimentos teóricos, mas também habilidades e valores fundamentais para sua formação integral como indivíduos conscientes e responsáveis (TREVISAM; LEISTER; DICHER, 2016).

2.7 CURRÍCULO

O currículo compreende uma série de conteúdos, habilidades, valores e atitudes que orientam a aprendizagem em um determinado nível de ensino, seja ele escolar, universitário ou profissionalizante. Como um instrumento essencial na educação, o currículo estabelece não só o que será ensinado, mas também as formas como o ensino será ministrado e a avaliação do aprendizado dos alunos. Sendo assim, o currículo é um elemento crucial para o planejamento e desenvolvimento de um processo educacional efetivo e relevante.

Para Tavares; França-Carvalho; Silva (2022), em sua origem, currículo em educação se refere a um conjunto específico de conhecimentos (conteúdos) e serve como base para o desenvolvimento de um plano de estudos que os professores devem seguir para ensinar aos estudantes o que eles precisam aprender.

O currículo não é apenas um conjunto de conteúdos, mas sim um campo de significados que influencia na produção de identidades e sujeitos. Os atores envolvidos nos processos formativos são colaboradores na construção do conhecimento, contribuindo com a ampliação dos fatos políticos e sociais em constante mudança e negociação. O currículo é, portanto, um instrumento fundamental na formação da identidade das instituições educacionais, uma vez que leva em conta os aspectos sociais e culturais da comunidade, permitindo a construção coletiva de significados pelos seus participantes, com destaque para a autonomia, responsabilidade e autoria no processo de formação (SILVA, 2021a).

Silva (1999) defende que o currículo se constitui como lugar, espaço, território, discurso, documento, autobiografia; é um instrumento mobilizado por dadas identidades e que forja outras. Para o autor, o currículo, com seu conjunto de intenções projetadas com vistas à formação dos atores para um determinado fim, expressa o poder político, ideológico e pedagógico da instituição formativa, num espaço-tempo.

Há várias teorias do currículo, que vão das tradicionais às pós-críticas. Para este estudo, a teoria que fez mais sentido se encontra dentro das teorias pós-críticas, uma vez que estas analisam a dinâmica de poder envolvida nas relações de gênero, etnia, raça e sexualidade, fornecendo um mapa mais completo e complexo das relações sociais de dominação do que as teorias críticas, cuja ênfase era quase que exclusiva na classe social (SILVA, 1999).

2.8 LUGAR

O conceito de lugar pode ser entendido de diversas maneiras, dependendo do contexto e das áreas de estudo. Em geral, pode ser definido como um espaço físico que adquire significado e importância cultural, social e simbólica para as pessoas que o habitam ou o frequentam. Alguns autores destacam a importância do lugar como um espaço de identidade, pertencimento e construção de narrativas coletivas. Nas últimas décadas, especialistas em várias áreas, como a Geografia, Sociologia e Antropologia, concordam que o lugar não é apenas uma delimitação geográfica, desconectada do mundo das relações humanas (SANTOS, 2013). Cunha (2008) explica que:

> o lugar se constitui quando atribuímos sentidos aos espaços, ou seja, reconhecemos a sua legitimidade para localizar ações, expectativas, esperanças e possibilidades. Quando se diz “esse é o lugar de” extrapolamos a condição de espaço e atribuímos um sentido cultural, subjetivo e muito próprio ao exercício de tal localização. Minha gaveta pessoal de pertences é um espaço; mas quando coloco minhas coisas e reconheço a propriedade dessa organização, defino um lugar (Cunha, 2008, p. 184).

Podemos afirmar que existe um espaço para a educação das relações étnico-raciais, legitimado pelas políticas públicas existentes, mas é a partir da coletividade subjetiva que ela poderá se constituir no lugar que merece dentro de currículos. Estes,

muitas vezes, ainda se mostram rígidos, a ponto de silenciarem e negarem culturas que tanto influenciaram e contribuíram para caracterizar o Brasil. Nesse contexto, a mudança estrutural proposta pelas políticas públicas acerca das relações étnico-raciais pode abrir caminhos para a construção de uma educação antirracista, na medida em que torna público e legítimo o “falar” (e por que não o lugar?) sobre a questão afro-brasileira, africana (e indígena) por meio de diálogo intercultural emancipatório, que considera a existência de um “outro”, enquanto sujeito ativo com quem e de quem se fala (GOMES, 2012).

Em resumo, o conceito de lugar está relacionado à ideia de espaço com significado e importância cultural e social para as pessoas que o habitam ou frequentam, sendo construído a partir de experiências individuais e coletivas e das práticas sociais e culturais que nele se desenvolvem.

2.9 POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

As ações afirmativas são medidas políticas e procedimentos que podem ser obrigatórios ou voluntários, criados com o objetivo de combater a discriminação e corrigir os efeitos de práticas discriminatórias do passado. Essas políticas buscam promover a igualdade de oportunidades por meio de uma abordagem de nivelamento do campo de atuação. Essas políticas são projetadas para atender a situações específicas e têm como objetivo promover a igualdade de oportunidades para todos (HERINGER, 2010 apud OLIVEIRA, 2020).

O processo de luta antirracista no campo legal teve início com a Lei nº 1.390/1951, que tornou contravenção penal a prática de atos baseados em preconceitos de raça ou cor, e evoluiu para a Constituição de 1988, que estabeleceu que a prática do racismo é crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei. Além disso, o debate público sobre a questão racial passou a incorporar a noção de que o papel do Estado não se limita ao combate da discriminação e do racismo, mas também inclui a adoção de ações positivas para promover a igualdade racial efetiva (BRASIL, 2014).

Essa influência pode ser vista timidamente na Constituição Federal de 1988, como no art. 215, § 1º, que faz referência explícita à proteção de manifestações culturais indígenas e afro-brasileiras, e no art. 68 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias, que reconhece aos remanescentes das comunidades dos quilombos a propriedade definitiva das terras que estejam ocupando e torna dever do Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 2014).

A partir dos direitos conquistados pela população negra com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a perspectiva de que o Estado deve não só combater a discriminação, mas também fomentar a igualdade racial foi-se consolidando, ao menos nos setores mais progressistas da sociedade, até criarem-se as condições políticas necessárias para a aprovação da Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), que representa um verdadeiro salto de qualidade no tratamento dado pelo Estado brasileiro à questão da igualdade racial (BRASIL, 2014).

Luiz Inácio Lula da Silva, atual presidente do Brasil, teve dois mandatos anteriores, com início em 2003 e término em 2011. A partir do início do seu primeiro mandato, o governo federal passou a adotar políticas públicas reconhecendo as disparidades entre brancos e negros em nossa sociedade, por meio da redefinição do papel do Estado como propulsor das transformações sociais. Assim, o governo assumiu o compromisso de diminuir as desigualdades raciais, intervindo de forma positiva rumo à afirmação dos direitos humanos básicos e fundamentais da população negra brasileira (RIBEIRO, 2004).

Em decorrência disso, em 09 de janeiro de 2003, entrou em vigor a Lei n.º 10.639, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Estabeleceram-se, assim, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática referente à história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares (BRASIL, 2003).

Nesse contexto, em março de 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que, em sua apresentação, no documento que divulga as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana destaca:

> O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente brasileira até hoje. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no

> período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares. Após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil busca efetivar a condição de um Estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana, contudo, ainda possui uma realidade marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação aos afrodescendentes, que, historicamente, enfrentam dificuldades para o acesso e a permanência nas escolas (RIBEIRO, 2004, p. 7).

A Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana a serem observadas pelas instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da educação brasileira; em especial, por instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores. Essa Resolução, já no 1.º parágrafo do Artigo 1.º, prevê a inclusão da temática nas instituições de ensino superior:

> § 1° As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004 (BRASIL, 2004b).

Sendo assim, essa Resolução orienta as instituições de ensino superior a incluírem em seus currículos a temática das relações étnico-raciais, de forma a garantir a formação de profissionais conscientes da importância da valorização da diversidade étnica e cultural.

Para viabilizar essa implementação, foram constituídos grupos de trabalho compostos por educadores e estudiosos da temática, que realizaram jornadas em diferentes cidades do país para discutir e elaborar as orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. O resultado desse processo foi o documento “Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais”, que representa um importante avanço na promoção da igualdade racial e na valorização da cultura afro-brasileira no sistema educacional brasileiro. Este documento é um importante instrumento para a implementação dessa proposta, representando um avanço significativo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária (BRASIL, 2006).

Cinco anos após a publicação da Lei n.º 10.639, em 10 de março de 2008, foi publicada a Lei n°11.645, alterando mais uma vez a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Após essa alteração, além da temática história e cultura afro-brasileira, passou-se a abordar também a temática história e cultura indígena e se estabeleceu

que as diretrizes e bases da educação nacional deveriam, portanto, incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena. Porém, mesmo após o parecer CNE/CP 3/2004/MEC, a Lei n.º 11.645 continuou prevendo apenas o ensino obrigatório da temática em estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

Para Borges (2010), com a promulgação das Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008, esperava-se promover uma educação que reconhecesse e valorizasse a diversidade cultural, garantindo o seu comprometimento com as origens do povo brasileiro.

> Trata-se de um momento em que a educação brasileira busca valorizar devidamente a história e a cultura de seu povo afrodescendente e indígena, buscando assim reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. Esta inclusão nos currículos da educação básica amplia o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira (BORGES, 2010, p. 72).

De Faria; Da Silva (2016), trazem a importância da inclusão da temática das relações étnico-raciais nos cursos superiores, destacando que:

> Pensar disciplinas que se proponham ao cumprimento das disposições dessa Resolução (Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004), que é requisito indispensável para a autorização do funcionamento do estabelecimento de ensino, é pensar disciplinas que se configurem para desenvolver através dos conteúdos, a Educação das Relações Étnico-Raciais; incentivar a criação de material bibliográfico e/ou didático para atendimento das DCNs; promover o aprofundamento de estudos entre docentes a fim de que estes desenvolvam programas, projetos e pesquisas sobre essa temática, entre outras habilidades (DE FARIA; DA SILVA, 2016, p. 36).

Importante destacar, também, outra política de ação afirmativa. Em 29 de agosto de 2012, foi promulgada a Lei n.º 12.711, conhecida como Lei de Cotas, que estabeleceu a reserva de vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes oriundos de escolas públicas, com critérios de autodeclaração de raça e renda. Essa lei visava promover a inclusão social e reduzir as desigualdades educacionais no Brasil. Posteriormente, a Lei nº 13.409 foi promulgada, em 28 de dezembro de 2016, alterando alguns dispositivos da Lei de Cotas. Essa alteração trouxe ajustes para aprimorar a efetividade da lei, como a reserva de vagas também para pessoas com deficiência e aperfeiçoamentos nos critérios de autodeclaração racial. Essas leis têm sido importantes instrumentos na busca por uma educação mais

igualitária, possibilitando o acesso e a permanência de estudantes historicamente excluídos em instituições de ensino superior.

Outra política importante é a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) que foi criada pelo Ministério da Saúde como resposta às desigualdades em saúde que afetam essa população, reconhecendo que suas condições de vida são resultado de processos sociais, culturais e econômicos injustos presentes na história do país. A persistência dessas desigualdades pode ser observada na alta taxa de mortalidade, principalmente materna e infantil, na maior prevalência de doenças crônicas e infecciosas, e nos altos índices de violência urbana que incidem sobre a população negra. A política foi construída em diálogo com os movimentos sociais e tem como objetivo reduzir a desigualdade e ampliar a equidade no acesso aos serviços de saúde, alinhando-se com a diretriz governamental de redução da exclusão social e reafirmando o princípio da universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS). A implementação dessa política, em parceria com a gestão participativa e solidária, contribui para a consolidação do SUS e para a garantia do direito universal à saúde como condição para a democracia participativa (BRASIL, 2013).

É possível identificar, pelo disposto, que tanto do ponto de vista legal, quanto do ponto de vista social é de extrema relevância que as questões étnico-raciais sejam introduzidas nos currículos de todos os níveis de ensino, seja na modalidade presencial, no ensino a distância ou nas modalidades híbridas. No entanto, há um longo caminho a ser percorrido até que o tema seja assumido de forma significativa nos currículos de cursos superiores das mais variadas áreas. É importante que cada vez mais nos aprofundemos nestas questões e em formas de levar adiante com seriedade a busca por uma educação antirracista.

2.10 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A educação para as relações étnico-raciais é um tema fundamental para a promoção da igualdade racial e para a formação de cidadãos críticos e conscientes da diversidade cultural e étnica do país.

As Leis nº 10.639/03 e 11.645/2008, bem como o documento “Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais”, já citados neste estudo, não

devem ser vistos apenas como a adição de novas disciplinas e conteúdos ao currículo escolar, mas sim como uma transformação cultural e política no campo curricular e epistemológico. Ao adotar essa perspectiva, podemos romper com o silêncio e desvendar os rituais pedagógicos que favorecem a discriminação racial. Essa mudança pode ter um impacto significativo na forma como a história, a cultura e as tradições afro-brasileiras são abordadas nas escolas, contribuindo para a promoção da igualdade racial e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (GOMES, 2012).

Na visão de Gonzaga (2018), a (re)educação para as relações étnico-raciais requer que docentes e gestores se comprometam ética e politicamente, abdicando de convicções e discursos universalizantes (como "somos todos iguais") para reconhecer a existência dos sujeitos negros e suas demandas por direitos. É necessário construir um *ethos* que contemple a diversidade étnico-racial em todas as ações educacionais.

Entendo que para que a educação para as relações étnico-raciais seja efetiva, é necessário que haja formação continuada de professores, além da elaboração de materiais didáticos que contemplem a diversidade étnico-racial brasileira. É importante também que os ambientes escolares/universitários sejam um espaço de convivência democrática, onde as diferenças sejam respeitadas e valorizadas.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender o lugar das relações étnico-raciais e a possibilidade de sua ampliação nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar o currículo dos cursos de graduação da UFCSPA e o lugar que ocupa a temática das relações étnico-raciais;
- Verificar dentre as disciplinas obrigatórias e eletivas e dentre as atividades de extensão como se dá a abordagem da temática deste estudo;
- Averiguar o perfil dos alunos que efetuaram matrícula na disciplina eletiva Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros e suas percepções sobre a disciplina;
- Averiguar o perfil das docentes e bolsistas de apoio técnico vinculadas à disciplina eletiva Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros, os critérios de seleção dos conteúdos, a possível vinculação com os currículos dos cursos da Universidade e se elas alcançaram os objetivos propostos ao longo do semestre;
- Elaborar um produto educacional que contribua para ampliar o lugar das relações étnico-raciais nos cursos de graduação da UFCSPA.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 DELINEAMENTO

A pesquisa se desenvolveu por intermédio de abordagem qualitativa, tendo em vista que esta perspectiva ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se compreender os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes. A escolha desta abordagem para a pesquisa encontra justificativa em Richardson (2007). Nessa obra, o autor afirma que a pesquisa qualitativa é uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social.

De início, foi feito um estudo documental/bibliográfico, por meio de uma revisão da legislação vigente sobre o tema para o ensino em todos os níveis e modalidades. Revisei, também, a base curricular dos cursos de graduação disponíveis no site institucional da UFCSPA para identificar a possível valorização da temática que move esse estudo. Para além dos currículos, fiz uma busca nos planos de ensino das disciplinas obrigatórias e eletivas e nos programas de atividades de extensão ofertadas à comunidade acadêmica da UFCSPA para verificar como se dava a abordagem das relações étnico-raciais. Logo após, dei destaque à disciplina eletiva denominada Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros, oferecida a todos os estudantes da Universidade no segundo semestre de 2020, partindo do pressuposto que ela materializava, por excelência, a política que é objeto deste estudo, no ambiente da Universidade.

Em primeiro lugar, por meio da análise do plano de ensino da disciplina supracitada, fiz uma análise dos conteúdos ministrados, observando os pressupostos da eleição dos temas e adequação ao público-alvo. A base teórica do campo deu suporte para essa etapa da análise. A seguir, realizei entrevistas semiestruturadas com as professoras e bolsistas de apoio técnico que organizaram a proposta da disciplina para compreender os critérios de seleção dos conteúdos, a possível vinculação com os currículos dos cursos da Universidade e se elas alcançaram os objetivos propostos ao longo do semestre.

Fechando o ciclo, ouvi os/as estudantes por meio de questionários online, que foram aplicados com o intuito de compreender suas motivações e principais aprendizagens realizadas.

Para a construção do referencial teórico, utilizei o Portal de Periódicos da CAPES e bases de dados como SciELO, entre outras que disponibilizam material integralmente. Foram consideradas publicações das áreas de ensino, educação, sociologia, antropologia, dentre outras áreas que traziam os conceitos buscados para o desenvolvimento do referencial teórico. Os termos de busca incluíram relações/questões étnico-raciais, afro-brasileiro/a, indígena, educação, ensino na saúde, dentre outros que foram surgindo durante a escrita do referencial. Foram utilizados artigos e livros em português, sem utilização de filtro para datas, uma vez que o tema vem sendo abordado em importantes estudos dos mais variados anos. Ao final do estudo, os dados obtidos serão divulgados à comunidade científica por meio de publicação de artigo em revista indexada.

4.2 CENÁRIO DO ESTUDO

O cenário do estudo foi a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). A UFCSPA conta, atualmente, com um campus localizado no Centro Histórico de Porto Alegre - RS, oferecendo além de 16 cursos de graduação, 64 programas de Residência Médica, quatro de Residência Multiprofissional, nove cursos de Especialização e 12 programas de Pós-Graduação Stricto Sensu (UFCSPA)[2].

4.3 PARTICIPANTES

A partir da criação do Grupo de Estudos Afro-brasileiros (GEAB), em novembro de 2020, foi ofertada a disciplina eletiva intitulada Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros. A primeira oferta desta disciplina contou com 89 alunos/as

[2] Disponível em: < https://www.ufcspa.edu.br/sobre-a-ufcspa/quem-somos/nossa-historia>. Acesso em: 22 set. 2022.

matriculados/as. Dessa forma, optei por escolher como amostra do presente estudo as docentes/bolsistas de apoio técnico vinculadas à oferta da disciplina, bem como os/as estudantes universitários/as que efetuaram matrícula na mesma. Tanto as docentes/bolsistas quanto os/as alunos/as que aceitaram participar da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndices A e B). Todos/as os/as participantes tiveram seus dados sociodemográficos (tais como idade, identificação de gênero e raça/cor, etc.) coletados, a fim de caracterizar os participantes da pesquisa de forma geral, conforme descrito no TCLE.

4.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Os critérios de inclusão dos/as participantes estudantes foram: ser aluno/a de graduação da UFCSPA e ter cursado a disciplina eletiva Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros. Os critérios de inclusão das participantes docentes e bolsistas de apoio técnico foram: ter participado da construção do plano de ensino da disciplina e/ou ministrar a disciplina.

4.5 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

O critério de exclusão dos/as participantes estudantes envolve ter realizado matrícula na disciplina e, após, ter efetuado trancamento de matrícula para o segundo semestre letivo de 2020. Não há critérios de exclusão para participantes docentes e bolsistas de apoio técnico.

4.6 ASPECTOS ÉTICOS

O presente projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil, que é a base nacional e integrada de todas as pesquisas envolvendo seres humanos do sistema CEP/CONEP e aprovado sob o número 4.710.173, na data de 13 de maio de 2021. O estudo respeitou os aspectos éticos estabelecidos pela Resolução n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que trata sobre a ética na pesquisa nas áreas de

Ciências Humanas e Sociais. Serão elaborados Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (um para as docentes/bolsistas de apoio técnico e outro para os/as estudantes), que foram assinados de forma eletrônica. Os/As participantes da pesquisa receberam uma cópia do TCLE por e-mail, quando solicitado. Se algum participante desejasse desistir de sua participação não teria os dados avaliados, sendo respeitada a sua vontade. Tendo em vista que toda pesquisa envolve algum risco ao participante, mesmo que mínimo, no caso do presente projeto, o maior desconforto que o participante poderia ter de enfrentado, seria o tempo a ser disponibilizado para participar das entrevistas ou responder aos questionários. Adicionalmente, caso tivesse ocorrido algum desconforto devido aos temas abordados, o participante poderia interromper sua participação a qualquer momento ou desistir de participar da pesquisa.

4.7 GERAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A geração de dados foi feita por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários. As docentes e bolsistas de apoio técnico vinculadas à disciplina eletiva foram convidadas a participar de entrevista (Apêndice C), após a aprovação do projeto no CEP. As entrevistas foram realizadas através da plataforma online Google Meet, individualmente, e foram gravadas, mediante consentimento das entrevistadas, para facilitar a análise posterior. A duração das entrevistas foi de aproximadamente trinta minutos por docente/bolsista. Os/As alunos/as foram convidados a responderem individualmente a questionários online (Apêndice D), que foram enviados por e-mail, após a devida aprovação do projeto pelo CEP.

A análise dos dados gerados foi feita por meio da técnica de análise de conteúdo, que consiste em um “conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2009, p. 30). Para a autora (2009), a análise de conteúdo se organiza em três polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Para a exploração e tratamento dos resultados, utilizei a análise categorial, que é a mais utilizada entre as técnicas de análise de conteúdo e ajudou a classificar os diferentes tipos de respostas. A análise categorial consiste em processos de

desmembramento do texto em categorias, que podem ser definidas de múltiplas formas. Entre as possibilidades, a autora entende que a investigação dos temas, ou análise temática, é “rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples” (BARDIN, 2009, p. 199). Essa perspectiva se adequou a este estudo porque se trata de compreender os sentidos, concepções e saberes construídos por docentes e estudantes no âmbito da temática que envolve curricularmente estudos étnico-raciais.

As categorias finais foram definidas a partir de dois momentos após a leitura e releitura dos dados gerados. No primeiro momento (quadro 1), criei uma tabela com as respostas dos participantes, que geraram as unidades de registro. A partir disso, identifiquei as unidades de contexto e busquei por categorias intermediárias. No segundo momento (quadro 2), a partir das unidades de registro e de contexto e das categorias intermediárias, foi possível chegar às categorias finais. Importante ressaltar que o mesmo processo foi feito tanto para a análise dos dados gerados nos questionários respondidos pelos alunos quanto nas entrevistas com docentes e bolsistas de apoio técnico.

QUADRO 1 – REPRESENTAÇÃO DE COMO SE DEU A PRIMEIRA ETAPA DA ANÁLISE DE DADOS

Aluno	Respostas	Unidades de Registro	Unidades de Contexto	Categorias intermediárias
01	Meu objetivo foi ampliar meu olhar acerca das questões que tangem a discussão de raça e ter maior sensibilidade e atenção com atendimentos à estás populações. Minhas expectativas eram: adquirir maior consciência de raça e classe; entender os melhor os mecanismos que fazem a manutenção do racismo e entender/refletir ações que promovem maior equidade. Eu gostei demais da cadeira. As aulas eram longas, mas as discussões muito boas e prendiam a atenção. Adorei o drive disponibilizado com materiais. Também gostaria muito de elogiar as profs e pessoas que organizaram a disciplina por serem super solícitos e acessíveis ao diálogo para resolver qualquer questão que surgia. Como mulher branca, acho que um dos pontos positivos foi aprender mais sobre o pacto da branquitude e como isso impacta diariamente a vida de pessoas não-brancas. Não consigo pensar em um tema agora. Eu acredito que sim, entendendo melhor as vulnerabilidades de determinadas populações conseguimos desempenhar uma melhor atuação, até para poder fazer um melhor planejamento terapêutico.	Objetivo Expectativa Avaliação da disciplina/Experiência Pontos positivos Novos conteúdos/Sugestões Vinculação ao curso do aluno/Impacto	ampliar meu olhar acerca das questões que tangem a discussão de raça e ter maior sensibilidade e atenção com atendimentos à estás populações. Discutir a assistência a saúde e o acesso aos serviços de saúde da população negra e analisar estudos afro-brasileiros. Entender mais sobre racismo e as necessidades da população preta, além de apoiar um projeto tão inovador. Verificar o início da concretização de uma luta antiga do Coletivo Raça. desenvolver habilidades e pensamentos críticos sobre a conjuntura social que nós vivemos. Com esse parâmetro, eu conseguiria objetivar melhor o meu lugar e o meu papel como futuro profissional da saúde e voltar o meu atendimento de forma diferenciada para cada especificidade social, como por exemplo, a saúde integral da população negra.	Ampliar o olhar sobre o tema Mais sensibilidade e atenção conteúdos que poderiam ser abordados Sentimento de pertencimento
02	Discutir a assistência a saúde e o acesso aos serviços de saúde da população negra e analisar estudos afro-brasileiros. Acho que poderiam ter sido discutido estudos epidemiológicos que envolvessem a população negra. Gostei muito do andamento da disciplina, mas as discussões poderiam ser melhor direcionadas. Talvez um roteiro, com perguntas norteadoras, poderia auxiliar no processo. A abordagem de diversos temas e			

FONTE: Autora

QUADRO 2 – REPRESENTAÇÃO DE COMO SE DEU A SEGUNDA ETAPA DA ANÁLISE DE DADOS

Unidades de Registro	Unidades de Contexto	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Objetivo Expectativa Avaliação da disciplina/ Experiência Pontos positivos Novos conteúdos/Sugestões Vinculação ao curso do aluno/Impacto	ampliar meu olhar acerca das questões que tangem a discussão de raça e ter maior sensibilidade e atenção com atendimentos à estás populações. Discutir a assistência a saúde e o acesso aos serviços de saúde da população negra e analisar estudos afro-brasileiros. Entender mais sobre racismo e as necessidades da população preta, além de apoiar um projeto tão inovador. Verificar o início da concretização de uma luta antiga do Coletivo Raça. desenvolver habilidades e pensamentos críticos sobre a conjuntura social que nós vivemos. Com esse parâmetro, eu conseguiria objetivar melhor o meu lugar e o meu papel como futuro profissional da saúde e voltar o meu atendimento de forma diferenciada para cada especificidade social, como por exemplo, a saúde integral da população negra. Saber mais sobre abordagem do tema da disciplina em si, principalmente os estudos afro-brasileiros. Aprender mais sobre a Saúde da População Negra. Estudar relações raciais e entender possíveis atrevessamentos destas na prática profissional. adquirir maior consciência de raça e classe; entender os melhor os mecanismos que fazem a manutenção do racismo e entender/refletir ações que promovem maior equidade. poderiam ter sido discutido estudos epidemiológicos que envolvessem a população negra. Ver professores falarem de racismo e saúde com o mínimo de noção. Uma disciplina que buscasse compreender as relações étnico-raciais de modo transversal na saúde. Gostaria que isso fosse feito a partir de uma abordagem sociológica, linguística, histórica, política, filosófica, epidemiológica, psicológica, enfim. De todas as formas possíveis, de modo transversal.	Ampliar o olhar sobre o tema Mais sensibilidade e atenção conteúdos que poderiam ser abordados Sentimento de pertencimento	**Ampliar o olhar sobre o tema:** objetivo + expectativa **Impacto da disciplina:** Avaliação da disciplina/Experiência + Pontos positivos + Vinculação ao curso do aluno/Impacto **Perspectivas:** Novos conteúdos/Sugestões

FONTE: Autora

A partir da definição das categorias finais foi possível estabelecer uma discussão entre os resultados e referências sobre a temática, que será apresentado em formato de artigo

científico. Na sequência faremos uma apresentação breve do escopo e principais resultados, que estão descritos na íntegra no Apêndice F.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro passo para mapear o lugar que as relações étnico-raciais ocupam nos cursos de graduação da UFCSPA foi analisar os projetos pedagógicos e matrizes curriculares dos 16 cursos de graduação da Universidade, vigentes até o segundo semestre de 2022, disponibilizados no site da UFCSPA[3]. A partir desta análise foi verificado que apenas o Curso de Gestão em Saúde possui uma disciplina sobre a temática, como obrigatória. O nome da disciplina é Relações Étnico-Raciais, com carga horária total de 30 horas.

De acordo com o plano de ensino, disponibilizado pela secretaria do curso, a disciplina tem como objetivo geral proporcionar ao aluno conhecimento sobre diferenças socioculturais face à configuração de Estados Nações, com ênfase no Brasil, durante o século XIX. Ao mesmo tempo, investir em uma reflexão crítica sobre relações e políticas étnico-raciais na atualidade.

No que tange à organização da disciplina, ela é composta por quatro unidades. A Unidade 1 trata de assuntos como identidade e alteridade. A Unidade 2 fala sobre as políticas da diferença, leituras etnográficas e sobre estado, poder e raça. A Unidade 3 contempla territorialidades e embates contemporâneos. A Unidade 4 traz religiosidades, laicidade e pluralidade. Os conteúdos apresentados no cronograma de aulas versam sobre o pensamento evolucionista, saúde e povos indígenas, saúde e imigração e raça como “questão”.

Com relação aos demais cursos, foi verificado que a maioria traz em seu projeto pedagógico o tema relações étnico-raciais, especialmente quando se fala de políticas de educação inclusiva. Quanto ao cumprimento à Resolução CNE/CP No.01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, alguns PPC dispõem que a temática é abordada em disciplinas obrigatórias e/ou eletivas, como por exemplo, História das Ciências da Saúde, Redação Acadêmica, entre outras. Os cursos de Farmácia, Gastronomia e Medicina foram os únicos que nada apresentaram sobre a temática em seus PPC.

Foram verificados também os programas de extensão vigentes no período de abril de 2021 a março de 2022, em busca do que está sendo oferecido a nível

[3] Disponível em: <https://www.ufcspa.edu.br/vida-academica/graduacao/cursos> Acesso em: 14 nov 2021.

extensionista à comunidade acadêmica sobre a temática das relações étnico-raciais. Dentre uma lista de 41 programas, foi identificado apenas um na temática: SANKOFA - Grupo de Estudos por uma Educação Antirracista, que conta com participação de bolsista remunerado e discentes voluntários em três projetos de extensão executados e abertos à comunidade acadêmica e não acadêmica[4]:

- *Podcast PretoPod*, idealizado e produzido por discentes da UFCSPA, que abordam temas diversos do nosso cotidiano;
- *Aya: acessando a saúde através da educação*, com produção e divulgação de conteúdo digital;
- *Grupo de Estudos Mate Masie*, com a realização de encontros de estudo quinzenais acerca de obras diversas de autoria negra.

5.1 ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: CONCEPÇÕES DE DOCENTES E BOLSISTAS E PERCEPÇÕES DE DISCENTES DE UMA IES DO SUL DO BRASIL (APÊNDICE F)

Este artigo teve como objetivo analisar as categorias geradas na pesquisa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo objetivos eram a) Averiguar o perfil dos alunos que efetuaram matrícula na disciplina eletiva Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros e suas percepções sobre a disciplina; b) Averiguar o perfil das docentes e bolsistas de apoio técnico vinculadas à disciplina eletiva Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros, os critérios de seleção dos conteúdos, a possível vinculação com os currículos dos cursos da Universidade e se elas alcançaram os objetivos propostos ao longo do semestre.

Tais objetivos foram propostos para responder à pergunta central da pesquisa: Como ampliar o ensino das relações étnico-raciais nos cursos de graduação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, partindo do que já está sendo realizado atualmente?

A partir da análise dos dados gerados com base nas respostas dos questionários foi possível chegar a três categorias: a) Ampliar o lugar sobre o tema; b) Impacto da disciplina e c) Perspectivas. Quanto às categorias geradas a partir da análise dos dados gerados nas entrevistas foi possível chegar a duas: a) Ampliar o lugar das relações étnico-raciais nos cursos UFCSPA e b) Perspectivas: o que se

[4] Informações retiradas do Relatório de Atividades do GEAB (2020-2022), disponível para membros do grupo.

busca/pretende fazer e quais os desafios a serem enfrentados.

Os/As discentes expressaram a importância de ampliar o olhar sobre as questões de raça e entender melhor as necessidades das populações negras. Eles acreditam que esse conhecimento pode levar a uma melhor atuação profissional e a um planejamento terapêutico mais eficiente. Também enfatizaram a importância de desenvolver habilidades críticas para compreender a conjuntura social e ser capaz de atender de forma diferenciada a cada especificidade social.

Sobre a disciplina que trata das relações étnico-raciais e da saúde da população negra, destacaram a importância do tema e que a disciplina foi bem construída e dinâmica, proporcionando um espaço de discussão e aprendizado. Além disso, ressaltaram a importância de entender as vulnerabilidades e especificidades da população negra para desempenhar uma melhor atuação como profissional de saúde, e que essa disciplina abordou temas que não são tratados nas disciplinas curriculares. Eles também comentaram sobre a importância do respeito às práticas culturais e crenças de diversas comunidades e a luta contra o genocídio da população preta.

As sugestões dos alunos incluíram a necessidade de uma abordagem mais ampla da temática das relações étnico-raciais e saúde, com a inclusão desses temas em todas as disciplinas de todos os cursos, a expansão da disciplina atual para que possa abordar mais temas, e a possibilidade de tornar a disciplina obrigatória nos cursos da universidade. Eles destacaram a importância de abordar esses temas para formar profissionais de saúde mais sensíveis e capacitados para atender às necessidades de populações diversas e vulneráveis.

Quanto às docentes e bolsistas, pontuaram que a disciplina buscou oferecer uma visão ampla sobre as diversas temáticas que atravessam as questões étnico-raciais e apresentar nuances que talvez antes não eram tão conhecidas ou aprofundadas. Além disso, a disciplina procurou fazer os/as alunos/as entenderem que existem outros corpos que precisam ser estudados e que as particularidades desses corpos devem ser respeitadas.

A criação da disciplina é vista como um marco importante e como uma oportunidade de se discutir ações e reflexões sobre as lacunas existentes na formação em saúde em relação às questões étnico-raciais e afro-brasileiras. Em geral, a ideia da disciplina foi a de movimentar as pessoas e fazer com que elas

pensem sobre essas particularidades e respeitem a diversidade étnico-racial na área da saúde.

Destacaram, também, a importância de incluir o estudo de questões de saúde e saúde mental relacionadas à diversidade, inclusão e interseccionalidade nos currículos de programas de ciências da saúde. Elas acreditam que, ao fazer isso, os futuros profissionais de saúde estarão mais bem equipados para entender e abordar as necessidades de saúde das comunidades diversas. Outro ponto mencionado foi sobre os desafios de incorporar esses tópicos nos currículos e o apoio institucional necessário para o seu sucesso. Além disso, abordaram as questões de preconceito contra estudantes admitidos por meio de políticas de ação afirmativa e a importância de educar os membros do corpo docente sobre os méritos desses programas. Por fim, mencionaram as dificuldades enfrentadas na instituição devido à falta de pessoal.

Sendo assim, os resultados desta pesquisa indicaram que, embora existam obstáculos na descolonização dos currículos e na inclusão obrigatória da temática das relações étnico-raciais de forma transversal, a UFCSPA está empenhada e interessada em seguir as diretrizes e leis vigentes relacionadas ao assunto. A disciplina de Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros foi um marco significativo iniciado pelo GEAB, que impulsionou outras iniciativas do grupo em prol dessa causa.

5.2 PRODUTO TÉCNICO EDUCACIONAL: PROPOSTA DE CURSO NA TEMÁTICA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (APÊNDICE E)

O produto técnico educacional gerado a partir desta pesquisa é uma proposta de curso de formação que será enviada ao Grupo de Estudos Afro-brasileiros (GEAB) da instituição, para que com sua anuência e suporte, o evento possa ser concretizado. O objetivo central deste produto é que venha a propagar o ensino das relações étnico-raciais, não apenas nos cursos de graduação, como previsto no objetivo geral da pesquisa, mas oportunizando à comunidade acadêmica interna e ao público externo, o contato com a temática. De acordo com os critérios estabelecidos pela Coordenação da Área 46 (Ensino) da CAPES, os cursos de formação, como produtos técnicos educacionais, entram no estrato considerado superior (T2 - Curso de formação profissional: atividade de capacitação criada, atividade de capacitação

organizada, cursos, oficinas, entre outros), cumprindo o que é requisitado pelo PPGENSAU: “Os produtos técnicos educacionais derivados da pesquisa de Mestrado em Ensino na Saúde, para fins de solicitação de diploma, devem obrigatoriamente pertencer aos estratos considerados superiores, conforme a Ficha de Avaliação para a Área 46 (Ensino) da CAPES: T1, T2 e T3”[5].

Para abranger um maior número de participantes, as aulas, que serão abertas, acontecerão na modalidade virtual, pela plataforma do Google Meet, transmitidas via YouTube do PPGENSAU. A única atividade presencial será uma oficina de Gastronomia Africana, que acontecerá no Laboratório de Alimentos da UFCSPA (Prédio 2, 6º andar). A ideia é oportunizar 100 vagas para os eventos realizados em EAD e 20 para o presencial.

Os palestrantes, profissionais, docentes e discentes convidados a ministrar conteúdos assinarão o Termo de Autorização de Publicização de Imagem e Voz. Os participantes das atividades, poderão participar via chat do YouTube, sendo que haverá alguém da comissão organizadora como mediador das perguntas e interações que serão direcionadas a quem está ministrando a atividade.

O certificado será emitido ao final de cada atividade, sendo assim, os inscritos não precisarão participar de um número mínimo de horas do total do curso para obter o certificado. Ao final de cada atividade, os participantes serão convidados a responder um questionário anônimo com o seu feedback. Os feedbacks serão analisados posteriormente, com vistas a buscar melhorias para uma próxima edição do curso e também poderão ser utilizados para a escrita de um artigo científico sobre a experiência realizada.

A UFCSPA utiliza o SIUR - Sistema Único de Registros - para ofertar cursos e eventos de ensino, pesquisa e extensão. Sendo assim, a proposta já foi criada na formatação indicada para a inclusão no referido sistema.

[5] Disponível em: https://www.ufcspa.edu.br/documentos/ppg/ensino-saude/Referncia_Produto_Tcnico_Educacional.pdf Acesso em: 20 mai 2023.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir essa dissertação, tomo os objetivos que fundamentaram essa pesquisa procurando respondê-los a partir dos dados gerados interpretados.

O principal objetivo desta pesquisa centrou-se em compreender o lugar das relações étnico-raciais e a possibilidade de sua ampliação nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). A pesquisa mostrou que a temática ainda ocupa um lugar “muito discreto” dentro da Instituição, devido a diversos desafios ainda não enfrentados no trabalho cotidiano da Universidade. No entanto, a comunidade acadêmica da UFCSPA reconhece a relevância da temática para a formação dos profissionais da saúde e há indicação de que este lugar vem sendo ampliado, mesmo que a passos lentos, até mesmo por falta de pessoal com formação na área específica. Aos poucos, porém, vai tendo lugar garantido nos currículos.

O estudo procurou, também, (1) analisar o currículo dos cursos de graduação da UFCSPA e o lugar que ocupa a temática das relações étnico-raciais; (2) Verificar dentre as disciplinas obrigatórias e eletivas e dentre as atividades de extensão como se dá a abordagem da temática deste estudo; (3) Averiguar o perfil dos alunos que efetuaram matrícula na disciplina eletiva Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros e suas percepções sobre a disciplina; (4) Averiguar o perfil das docentes e bolsistas de apoio técnico vinculadas à disciplina eletiva Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros, os critérios de seleção dos conteúdos, a possível vinculação com os currículos dos cursos da Universidade e se elas alcançaram os objetivos propostos ao longo do semestre; (5) Elaborar um produto educacional que contribua para ampliar o lugar das relações étnico-raciais nos cursos de graduação da UFCSPA.

Quanto à verificação do lugar que a temática ocupa nos currículos dos cursos de graduação, foi feita uma busca nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e nas matrizes curriculares, que resultou no achado de apenas uma disciplina de caráter obrigatório no Curso de Gestão em Saúde. No entanto, a maioria dos cursos trouxe a temática ao falar sobre as políticas institucionais ou apontaram que a temática seria abordada em disciplinas eletivas e optativas. Apenas três cursos não fizeram menção à temática no PPC, ou seja, Medicina, Gastronomia e Farmácia. É importante destacar que está ocorrendo atualmente a atualização de todos os PPC, uma vez que

se tornou obrigatória a inclusão da extensão nos currículos de graduação. Sendo assim, imagina-se que a temática poderá aparecer com maior destaque nos PCCs novos, com currículos que passaram a vigorar em 2023.

O terceiro objetivo específico foi contemplado com a realização de questionários junto aos alunos que cursaram a disciplina eletiva Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros. Além de características como seus dados sociodemográficos (tais como idade, identificação de gênero e raça/cor, etc.), foi possível, por meio das respostas obtidas, verificar as percepções dos alunos sobre a disciplina. Todos/as que responderam, acharam a disciplina relevante, porém curta para a imensidão de assuntos que poderiam ser discutidos sobre a temática. Também destacaram que seria importante que dentro dos seus cursos o tema fosse ampliado a fim de contribuir em sua formação profissional em saúde.

O quarto objetivo específico foi contemplado com a realização de entrevistas semiestruturadas com as docentes e bolsistas de apoio técnico vinculadas à disciplina. Também foi solicitado a elas seus dados sociodemográficos, e por meio das perguntas norteadoras, foi possível entender quais foram os critérios de seleção dos conteúdos, a possível vinculação com os currículos dos cursos da Universidade e que elas alcançaram os objetivos propostos ao longo do semestre, embora também tenham a noção de que uma disciplina apenas não é suficiente para abarcar todos os conteúdos que poderiam ter sido vistos dentro da temática, bem como entendam que enquanto não se tornar algo obrigatório, talvez, o público que mais precise aprender algo sobre o tema, seja aquele que não vai buscar o conhecimento.

Quanto ao produto educacional que contribua para ampliar o lugar das relações étnico-raciais nos cursos de graduação da UFCSPA, foi criada uma proposta de evento na temática, que será ofertada por mim ao GEAB, com vistas a ser executada em novembro de 2023, mês da consciência negra.

Analisando a pesquisa como um todo, que envolveu pesquisa documental, questionários e entrevistas, verifica-se a importância de dar visibilidade às relações étnico-raciais dentro do contexto universitário, preferencialmente de forma transversal. Que a temática passe a integrar os currículos de todos os cursos de graduação, dentro das diferentes disciplinas já existentes e não apenas em disciplinas específicas voltadas ao tema.

A UFCSPA forma centenas de profissionais da saúde por ano e o ensino público prepara os alunos para trabalharem no Sistema Único de Saúde (SUS). Como

secretária do Curso de Medicina da Instituição, posso citar o exemplo do internato (período de dois anos de estágios nas mais diversas áreas médicas), que é executado em sua quase totalidade em serviços do SUS. Para estes futuros profissionais, é de extrema importância que durante sua formação aprendam e se sintam preparados para atenderem a população que necessita do SUS, e sabemos que em sua grande maioria é a população negra.

Sendo assim, faz-se necessário e urgente que cada vez mais lugares sejam criados para a discussão acerca das relações étnico-raciais dentro da universidade, para que possamos de fato manter nossa missão institucional: Produzir e compartilhar conhecimento e formar profissionais da área das ciências da saúde com princípios humanistas e responsabilidade social[6].

Após a criação do Grupo de Estudos Afro-brasileiros (GEAB) foi possível notar que muitas atividades na temática, que antes eram praticamente inexistentes, foram realizadas, levando à comunidade acadêmica conhecimentos, além do que os seus cursos englobam, em busca de uma educação antirracista. Um desafio, no entanto, para este grupo, é o número de pessoas a ele vinculado, que ainda é reduzido, dificultando que se multipliquem as propostas de formações, envolvendo disciplinas, atividades e eventos, que ampliariam ainda mais o lugar que a temática ocupa atualmente nos cursos de graduação da UFCSPA.

[6] https://www.ufcspa.edu.br/sobre-a-ufcspa/quem-somos/valores-institucionais

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. Racismo Estrutural. São Paulo. Editora Jandaíra, 2021.

BERSANI, H. RACISMO ESTRUTURAL E O DIREITO À EDUCAÇÃO. 2018 Disponível em: https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6975/2829. Acesso em: 21 jan. 2023.

BONILLA-SILVA, E. Racismo sem racistas: O racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América. 5ª edição. Editora Perspectiva, 2020.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. A Inclusão da História e da Cultura Afrobrasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica. 2010. Disponível em: https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/vw/1IN8l5YjrMDY_MDA_606d5_/05A_Inclusaodahistoriaculturaafro.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais. Ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. 2004b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Estatuto da igualdade racial: Lei nº 12.228, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata. - 3. ed. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/governadorvaladares/extensao/neabi/lei-n-12288-2010_estatuto_igualdade_racial_3ed.pdf Acesso em: 20 mar. 2023.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 36 p.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e a distância. Brasília, DF, 2017.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade [recurso eletrônico] ; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020. recurso digital. Tradução de: Intersectionality. ISBN 978-65-5717-022-9 (recurso eletrônico) Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=2xYcEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT8&dq=interseccionalidade&ots=xYAQxhGiWu&sig=KueN2hnQc8AuOVR4Tj31l0Lk3xM#v=onepage&q=interseccionalidade&f=false. Acesso em: 23 jan. 2023.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. 2002 Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt

CUNHA, Maria Isabel da. Os conceitos de espaço, lugar e território nos processos analíticos da formação dos docentes universitários. Educação Unisinos, v. 12, n. 3, 2008. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5324. Acesso em: 14 fev. 2021.

CUNHA, R. R. T. DA .; SANTOS, A. DE O. DOS. Aniela Meyer Ginsberg e os estudos de raça/etnia e intercultura no Brasil1. Psicologia USP, v. 25, n. Psicol. USP, 2014 25(3), p. 317–329, set. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusp/a/SQ3VxwGqqpb6SpPPVBNXr6C/abstract/?lang=pt#. Acesso em: 14 jan. 2023.

FANON, Frantz. Racismo e cultura, 2018. Disponível em:https://periodicos.uff.br/convergenciacritica/article/download/38512/22083. Acesso em 25 mar 2023.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FARIA, Mateus Aparecido; DA SILVA, Analise de Jesus. A educação das relações étnico-raciais na formação em Gestão de Serviços de Saúde. Revista Brasileira de Ensino Superior, Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 34-40, jun. 2016. ISSN 2447-3944. Disponível em: https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/view/1103. Acesso em: 20 fev. 2021.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais: educação e descolonização dos currículos. Revista Currículo sem Fronteiras, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 98109, 2012. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

GONZAGA, Yone Maria. A reeducação para as Relações Étnico-raciais: compromisso ético e político. Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, 2018. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1533327494_ARQUIVO_ARTIGO.Yone.pdf Acesso em: 20 set. 2022.

GONÇALVES; SILVA, Petronilha Beatriz. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, A. S. Racismo e Antirracismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, A. S. A. (2003). Como trabalhar com "raça" em sociologia. Educação E Pesquisa, 29(Educ. Pesqui., 2003 29(1)), 93–107. https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100008

KILOMBA, G. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução . Niterói: EDUFF, 2004. . Disponível em: biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoesDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 02 mar. 2023.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra. 5ª edição. Editora Autêntica, 2019.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. Estud. av., São Paulo , v. 18, n. 50, p. 57-60, Apr. 2004. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 Mar. 2023. https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100006.

OLIVEIRA, Thayná Vieira de. Cota racial na universidade como inclusão étnico-racial. Revista Educação Pública, v. 20, nº 15, 28 de abril de 2020. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/15/cota-racial-na-universidade-como-inclusao-etnico-racial

RIBEIRO, M. Apresentação do SEPPIR. In: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf Acesso em: 17 set. 2020.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Editora Letramento, 2017.

RIBEIRO, D. Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, D. Lugar de Fala. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaia, 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Jose de Paiva dos. Espaço, lugar, identidade: geografias raciais em OurNig, de Harriet E. Wilson / Space, Place, Identity: Racial Geographies in OurNig, byHarriet E. Wilson. Aletria: Revista de Estudos de Literatura, [S.l.], v. 23, n. 3, p. 187-198, dez. 2013. ISSN 2317-2096. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/4116/4832. Acesso em: 14 fev. 2021. doi:http://dx.doi.org/10.17851/2317-2096.23.3.187198.

SANTOS, R. Coluna Ciências | É correto falar em raças humanas? Brasil de Fato - MG. 2018. Disponível em: https://www.brasildefatomg.com.br/2018/11/28/coluna-ciencias-or-e-correto-falar-em-racas-humanas Acesso em: 05/03/2023.

SILVA, T. T. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2ª ed. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

SILVA, M. A. B. DA. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. Educação e Pesquisa, v. 47, n. Educ. Pesqui., 2021 47, p. e226218, 2021.

SILVA, E. F. Currículo: instrumento de identidade e independência epistêmica. 2021a. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/54837/31159

SILVA, M. A. B. DA .. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. Educação e Pesquisa, v. 47, n. Educ. Pesqui., 2021. 47, p. e226218, 2021b.

TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento; FRANÇA-CARVALHO, Antônia Dalva; SILVA, Bento Duarte da. "Designações De Currículo." Revista online De Política E Gestão Educacional. 2022: E022114. Web.

TREVISAM, E.; LEISTER, M. A.; DICHER, M. A TRANSVERSALIDADE NO ENSINO SUPERIOR COMO VIA DE REFORMA PARA UMA EDUCAÇÃO ÉTICA E HUMANITÁRIA. In: Conferência Internacional Saberes para uma Cidadania Planetária, 2016, Fortaleza - CE. Saberes para uma Cidadania Planetária. Fortaleza: UECE, 2016. v. 1. p. 1-11.

UFCSPA, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. NID lança Grupo de Estudos Afro-brasileiros. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.ufcspa.edu.br/34-meu-perfil/imprensa/noticias/1983-nid-lancagrupo-de-estudos-afrobrasileiros?highlight=WyJnZWFill0=>. Acesso em: DATA.

UFCSPA, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. NID - Núcleo de Inclusão e Diversidade. Porto Alegre, 2020b. Disponível em: < https://www.ufcspa.edu.br/vida-no-campus/diversidade-e-inclusao/nucleo-deinclusao-e-diversidade?highlight=WyJuaWQiXQ==> Acesso em: DATA.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (DOCENTES/BOLSISTAS)

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde (UFCSPA), intitulada O lugar das relações étnico-raciais nos currículos de cursos de graduação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender o lugar das relações étnico-raciais e a possibilidade de sua ampliação nos currículos dos cursos de graduação da instituição citada. Este estudo justifica-se pela necessidade de ampliar o ensino das relações étnico-raciais em cursos de graduação da área da saúde. Antes de aceitar participar da pesquisa, leia atentamente as explicações abaixo sobre os procedimentos da pesquisa.

1. Você poderá recusar-se a participar da pesquisa e poderá abandoná-la a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta que lhe cause algum constrangimento ou desconforto.
2. A sua participação como voluntária não lhe trará nenhum privilégio, seja ele de caráter financeiro ou de qualquer natureza. Não há, também, despesas para a participação na pesquisa.
3. Você está sendo convidada a conversar sobre a disciplina Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros, ministrada na UFCSPA durante o segundo semestre letivo de 2020.
4. Caso você aceite participar da pesquisa, seus dados sociodemográficos serão coletados, a fim de caracterizar os/as participantes da pesquisa de forma geral. Os dados serão divulgados com garantia de anonimato aos/às participantes.
5. A sua participação como voluntária se dará por meio de participação em entrevista individual mediada pela mestranda, Cristiane Mondadori, que será realizada com agendamento prévio via Google Meet. A entrevista terá duração de aproximadamente 30 minutos. A entrevista poderá ser gravada, mediante autorização da participante ao final deste formulário.
6. É importante ressaltar que os riscos para participação nesta pesquisa são mínimos, relacionados a algum desconforto ou constrangimento que possa ocorrer devido ao

tempo despendido para participar da entrevista e/ou pelos temas abordados. Caso esse risco ocorra, você poderá interromper sua participação no estudo, sem que isso lhe cause qualquer prejuízo. Adicionalmente, a equipe de pesquisa se responsabiliza pela assistência aos participantes.

7. O benefício da sua participação no estudo será a contribuição para a ampliação do ensino das relações étnico-raciais nos cursos de graduação da UFCSPA.

8. Eventuais danos comprovadamente causados pela pesquisa serão indenizados e estarão sob responsabilidade dos pesquisadores.

9. Serão garantidos o sigilo e a privacidade de sua identidade e das informações que você fornecer, sendo-lhe reservado o direito de omissão de dados. Os dados somente poderão ser utilizados em estudos futuros que estejam relacionados ao objetivo desta pesquisa e que atendam a todos os termos do consentimento.

10. Na apresentação dos resultados, não serão citados os nomes das participantes, garantindo dessa forma o sigilo na divulgação dos dados.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é composto por duas vias, uma pertencente à participante e outra à equipe de pesquisa. O TCLE será enviado por email para assinatura eletrônica, devendo este retornar às pesquisadoras antes da data agendada para a entrevista. Os/As participantes da pesquisa receberão sua via do TCLE por e-mail, se assim desejarem.

Caso sejam necessários maiores esclarecimentos sobre este estudo e sua participação, você poderá entrar em contato com a pesquisadora principal Profa. Dra. Maria Isabel da Cunha, pelo e-mail cunhami@uol.com.br ou pelo telefone (51) 999757536. Você também poderá entrar em contato com a pesquisadora mestranda, Cristiane Mondadori, pelo e-mail cristianem@ufcspa.edu.br ou pelo telefone (51) 992972109. Você ainda poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFCSPA (CEP/UFCSPA), situado na Rua Sarmento Leite, 245, Prédio 3, Sala 407, Porto Alegre, RS, pelo telefone (51) 3303-8804. O horário de atendimento ao público é das 9h às 12h e das 14h às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente que se pronuncia em relação aos aspectos científicos e éticos de um projeto de pesquisa. Confirmo ter conhecimento do conteúdo deste termo e que tive tempo adequado para refletir sobre o convite. A minha assinatura abaixo indica que concordo em participar dessa pesquisa, fui informada de seus objetivos e por isso dou meu consentimento.

( ) sim, autorizo a gravação de minha voz.

( ) não, não autorizo a gravação de minha voz.

( ) sim, autorizo a gravação de minha imagem.

( ) não, não autorizo a gravação de minha imagem.

Porto Alegre, _____ de _____ 2021.

_____	_____
Nome e assinatura do Participante	Nome e assinatura do Pesquisador
Data:	Data:

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ESTUDANTES)

Você está sendo convidado/a a participar de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde (UFCSPA), intitulada O lugar das relações étnico-raciais nos currículos de cursos de graduação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender o lugar das relações étnico-raciais e a possibilidade de sua ampliação nos currículos dos cursos de graduação da instituição citada. Este estudo justifica-se pela necessidade de ampliar o ensino das relações étnico-raciais em cursos de graduação da área da saúde. Antes de aceitar participar da pesquisa, leia atentamente as explicações abaixo sobre os procedimentos da pesquisa.

1. Você poderá recusar-se a participar da pesquisa e poderá abandoná-la a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta que lhe cause algum constrangimento ou desconforto.
2. A sua participação como voluntário/a não lhe trará nenhum privilégio, seja ele de caráter financeiro ou de qualquer natureza. Não há, também, despesas para a participação na pesquisa.
3. Você está sendo convidado/a a avaliar a disciplina Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros, ministrada na UFCSPA durante o segundo semestre letivo de 2020.
4. Caso você aceite participar da pesquisa, seus dados sociodemográficos serão coletados, a fim de caracterizar os/as participantes da pesquisa de forma geral. Os dados serão divulgados com garantia de anonimato aos/às participantes.
5. A sua participação como voluntário/a se dará por meio de resposta a questionários definidos pelas pesquisadoras e enviados através do Google Forms.
6. É importante ressaltar que os riscos para participação nesta pesquisa são mínimos, relacionados a algum desconforto ou constrangimento que possa ocorrer devido ao tempo despendido para responder ao questionário e/ou pelos temas abordados. Caso esse risco ocorra, você poderá interromper sua participação no estudo, sem que isso lhe cause qualquer prejuízo. Adicionalmente, a equipe de pesquisa se responsabiliza pela assistência aos participantes.

7. O benefício da sua participação no estudo será a contribuição para a ampliação do ensino das relações étnico-raciais nos cursos de graduação da UFCSPA.
8. Eventuais danos comprovadamente causados pela pesquisa serão indenizados e estarão sob responsabilidade dos pesquisadores.
9. Serão garantidos o sigilo e a privacidade de sua identidade e das informações que você fornecer, sendo-lhe reservado o direito de omissão de dados. Os dados somente poderão ser utilizados em estudos futuros que estejam relacionados ao objetivo desta pesquisa e que atendam a todos os termos do consentimento.
10. Na apresentação dos resultados, não serão citados os nomes dos/as participantes, garantindo dessa forma o sigilo na divulgação dos dados.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é composto por duas vias, uma pertencente ao participante e outra à equipe de pesquisa. O TCLE será anexado ao questionário online e deverá ser assinado eletronicamente. Aqueles que desejarem, deverão cadastrar seu e-mail para recebimento da sua via.

Caso sejam necessários maiores esclarecimentos sobre este estudo e sua participação, você poderá entrar em contato com a pesquisadora principal Profa. Dra. Maria Isabel da Cunha, pelo e-mail cunhami@uol.com.br ou pelo telefone (51) 999757536. Você também poderá entrar em contato com a pesquisadora mestranda, Cristiane Mondadori, pelo e-mail cristianem@ufcspa.edu.br ou pelo telefone (51) 992972109. Você ainda poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFCSPA (CEP/UFCSPA), situado na Rua Sarmento Leite, 245, Prédio 3, Sala 407, Porto Alegre, RS, pelo telefone (51) 3303-8804. O horário de atendimento ao público é das 9h às 12h e das 14h às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente que se pronuncia em relação aos aspectos científicos e éticos de um projeto de pesquisa.

Confirmo ter conhecimento do conteúdo deste termo e que tive tempo adequado para refletir sobre o convite. A minha assinatura abaixo indica que concordo em participar dessa pesquisa, fui informado/a de seus objetivos e por isso dou meu consentimento.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2021.

_____ Data:

Nome e assinatura do Participante

_____ Data:

Nome e assinatura do Pesquisador

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA DOCENTES/BOLSISTAS DE APOIO TÉCNICO

Nome:

Raça/Cor:

Gênero com o qual se identifica:

Departamento:

Curso (s) em que ministra aulas:

- Relate quais foram os principais objetivos que orientaram a criação da disciplina eletiva Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros?
- A partir de sua experiência e acompanhamento da disciplina considera que os objetivos foram alcançados ao longo do semestre? Que argumentos justificam sua posição?
- Há a perspectiva de nova oferta desta disciplina? O que embasa esta decisão?
- Há possibilidades de integrar a história e cultura indígena em disciplinas e discussões futuras? Como você se posiciona frente a esta questão?

APÊNDICE D

MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS/ÀS ESTUDANTES

Idade:

Curso:

Raça/Cor:

Gênero com o qual se identifica:

Qual foi seu objetivo ao se matricular na disciplina eletiva Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros?

Qual a sua expectativa com a disciplina? Que temas gostaria que fossem abordados?

Como avalia o andamento da disciplina até agora? (Objetivos, conteúdos, metodologias, outros…) Destaque quais, na sua opinião, são os pontos positivos da disciplina eletiva Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros. Sugira o que poderia melhorar.

Quais temas que não foram abordados que podem enriquecer uma nova oferta da disciplina?

Pensando no curso em que está matriculado, a disciplina trouxe temas que podem ser utilizados em sua vida profissional? Pode dar exemplos?

APÊNDICE E

PRODUTO TÉCNICO EDUCACIONAL: Proposta de Curso de Formação – Plataforma SIUR UFCSPA

Identificação da Atividade

Título da Atividade: Curso de Formação sobre Relações Étnico-Raciais
Modalidade: Presencial e EAD
Data Inicial: Previsto para acontecer em novembro de 2023.
Data Final: Previsto para acontecer em novembro de 2023.
Carga Horária Total: 28 horas
Local: UFCSPA

Promovido por:

Mestrado - PPG Ensino na Saúde
Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde
Grupo de Estudos Afro-brasileiros (GEAB)

Público Alvo

Número de Participantes: de 20 até 100.
Comunidade Interna: SIM
Comunidade Externa: SIM
Técnico-administrativo: SIM
Docente: SIM
Discente: SIM

Cursos da Atividade

Número de Cursos da Atividade: 2

Cursos

Nome do Curso

Mestrado - PPG Ensino na Saúde
Programa de Pós-Graduação Ensino na Saúde

Coordenador

Nome: Maria Isabel da Cunha
E-mail: cunhami@ufcspa.edu.br
Departamento: Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde
Celular: 51 999757536

Comissão Organizadora
Número de Participantes: número indefinido, pois poderá entrar algum membro do GEAB além das pessoas abaixo informadas.

Docentes e Técnicos Administrativos - Cleidilene Ramos Magalhães (docente)

Discentes - Cristiane Mondadori

Detalhamento da Proposta

Introdução:

A proposta deste curso visa contribuir para a ampliação do lugar que a temática relações étnico-raciais ocupam na UFCSPA. Surgiu como produto educacional oriundo da pesquisa de mestrado da aluna Cristiane Mondadori, do Programa de Pós-Graduação de Ensino na Saúde da UFCSPA. O curso oferecerá aulas abertas e atividades que promoverão interações com os participantes, ministradas por

especialistas e pesquisadores que irão apresentar estudos e reflexões sobre diversos temas dentro do contexto em que estão inseridos e uma oficina de Gastronomia.

A participação em atividades de extensão permite que os estudantes e profissionais em formação tenham uma visão mais ampla do contexto em que estão inseridos, entendendo as necessidades da população, neste contexto a população negra, e os desafios enfrentados pelos serviços de saúde. Essa vivência prática pode contribuir para que os futuros profissionais da saúde desenvolvam um olhar mais crítico e reflexivo sobre a realidade e, consequentemente, possam contribuir para as transformações necessárias.

É importante destacar que o curso em questão poderá contribuir para a educação continuada dos docentes, técnicos-administrativos, bolsistas de apoio técnico e estagiários da instituição. A educação continuada é fundamental para que os interessados possam se atualizar e aprimorar constantemente suas práticas. Nesse sentido, a participação destes pode ser uma forma de aprendizado contínuo e de troca de experiências entre os profissionais, contribuindo para o aperfeiçoamento dos serviços de educação e saúde e para uma atuação mais qualificada e humanizada.

O curso pode ser, também, uma oportunidade para que membros da comunidade externa possam se informar e se atualizar sobre as questões relacionadas às relações étnico-raciais. O evento será um espaço de diálogo e troca de experiências, permitindo que membros da comunidade externa possam compartilhar suas próprias vivências e aprender com as experiências de outras pessoas.

Como a proposta é abranger pessoas da comunidade interna e externa da UFCSPA, optou-se pela realização do curso na modalidade a distância. Apenas uma atividade será ofertada na modalidade presencial, por seu caráter prático e sensorial, uma oficina de Gastronomia Africana. Esta atividade será realizada no Laboratório de Alimentos da UFCSPA e terá o limite de 20 participantes, podendo ser ofertada em mais de uma oportunidade ao longo do evento, para participantes diferentes, de acordo com a disponibilidade das ministrantes.

O curso compreende, então, a realização de atividades síncronas que visam a promover o debate de temas relacionados às relações étnico-raciais. Serão desenvolvidas 7 atividades: 6 aulas abertas, com duração de 4h cada e 1 oficina, com duração também de 4h.

As aulas abertas serão divididas em duas etapas, começando com uma apresentação pelo ministrante, seguida de um debate com o público presente. A ideia por trás das aulas é permitir que haja um diálogo entre os ministrantes e os participantes, levando em consideração o contexto em que a atividade está sendo realizada. Os ministrantes terão acesso a uma sala agendada previamente na plataforma síncrona do *Google Meet*, juntamente com a equipe de organização dos seminários, responsável pela parte técnica da transmissão. A comissão organizadora transmitirá o evento no canal do PPGENSAU no *YouTube*, utilizando a sala do Google *Meet*. A interação com os participantes ocorrerá através do chat do *YouTube*, que será monitorado e mediado por um membro da comissão organizadora. Um integrante da comissão organizadora acompanhará o evento, na sala do *Google Meet* e poderá atuar como mediador para facilitar a interação e promover o debate sobre o tópico em questão. A comissão organizadora realizará testes de acesso dos ministrantes à sala virtual do *Google Meet* e garantirá as condições de transmissão pelo *YouTube* antecipadamente.

As atividades do curso serão gravadas e disponibilizadas no canal do PPGENSAU no *YouTube* em caráter permanente, com exceção da oficina. Todos/as ministrantes e integrantes da comissão organizadora assinarão termo de autorização de publicização de imagem e voz previamente à realização do Seminário.

As inscrições de participantes ocorrerão via SIUR. Será enviado link de acesso à transmissão via *YouTube* para o e-mail cadastrado no momento da inscrição. Para o controle de registro de frequência, 20 (vinte) minutos antes do término da atividade em cada encontro, será disponibilizado link para questionário contendo breve avaliação da atividade. Após o envio do questionário pelo(a) participante, será registrada pela comissão organizadora a presença em planilha. O certificado será emitido ao final de cada atividade, possibilitando assim, que os inscritos escolham quais atividades preferem participar, sem necessidade de cumprir uma carga horária mínima do número de horas total do curso.

Objetivo

Ampliar o lugar que a temática das relações étnico-raciais ocupa na instituição.

Indique a qual ODS da Agenda 2030 da ONU sua proposta está vinculada:

3. Saúde e bem-estar;
4. Educação de qualidade;
10. Redução das desigualdades;
16. Paz, justiça e instituições eficazes;

Sua proposta está relacionada à internacionalização da UFCSPA? Não

Cronograma

Atividade 1 – Aula aberta sobre Branquitude, Raça e Racismo (EAD - 4h)

Ementa: A aula aberta sobre Branquitude, Raça e Racismo terá como propósito promover uma reflexão crítica sobre a questão da branquitude e sua relação com a construção social da raça e o fenômeno do racismo. Serão abordados conceitos e teorias fundamentais para a compreensão das dinâmicas raciais, bem como o papel da branquitude na reprodução e perpetuação de estruturas de poder e privilégio. A aula buscará desconstruir ideias pré-concebidas, estimulando um olhar autocrítico e sensível à diversidade racial, além de discutir estratégias para o combate ao racismo e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Atividade 2 – Aula aberta sobre os Desafios e Perspectivas para a Inclusão da Educação para as Relações Étnico-Raciais nos Ambientes Universitários (EAD - 4h)

Ementa: A aula aberta sobre os Desafios e Perspectivas para a Inclusão da Educação para as Relações Étnico-Raciais nos Ambientes Universitários terá como objetivo debater e analisar a importância da inserção da educação para as relações étnico-raciais nas instituições de ensino superior. Serão discutidos os desafios enfrentados na promoção da diversidade, igualdade e combate ao racismo nos espaços acadêmicos, bem como as perspectivas e estratégias para a efetiva inclusão dessa temática nos currículos e nas práticas educacionais. A aula abordará a importância do protagonismo estudantil, da formação docente e da criação de políticas institucionais que promovam a valorização da diversidade étnico-racial, visando a construção de uma universidade mais inclusiva e comprometida com a justiça social.

Atividade 3 – Aula aberta sobre Saúde Mental da População Negra com Exposição de Casos Clínicos de Atendimento com Fatores Relacionados ao Usuário Negro (EAD - 4h).

Ementa: A aula aberta sobre Saúde Mental da População Negra com Exposição de Casos Clínicos de Atendimento com Fatores Relacionados ao Usuário Negro propõe uma análise dos desafios enfrentados pela comunidade negra em relação à saúde mental. Serão apresentados e discutidos casos clínicos que evidenciam as intersecções entre raça, gênero, cultura e saúde mental, destacando os fatores específicos que influenciam o atendimento psicológico dessa população. A aula terá como objetivo fomentar uma reflexão crítica sobre o impacto do racismo estrutural na saúde mental, promover a compreensão dos determinantes sociais e culturais dessa realidade, e propor estratégias de intervenção e acolhimento mais sensíveis e efetivas para a população negra.

Atividade 4 - Aula aberta sobre Especialidade Clínicas Médicas e suas Especificidades à População Negra (EAD - 4h).

Ementa: A aula aberta sobre Especialidades Clínicas Médicas e suas Especificidades à População Negra terá como objetivo proporcionar uma discussão aprofundada sobre as questões de saúde que afetam especificamente a população negra. Serão abordadas as particularidades e desafios encontrados em algumas áreas como, por exemplo, cardiologia, dermatologia, ginecologia, oncologia, entre outras, buscando promover uma maior compreensão das disparidades raciais na saúde. A aula também terá como foco a discussão de estratégias e políticas de saúde que visam reduzir as desigualdades e melhorar o acesso a um atendimento médico de qualidade para a população negra.

Atividade 5 – Aula aberta sobre (des)Nutrição e Alimentação da População Negra (EAD - 4h).

Ementa: A aula aberta sobre (des)Nutrição e Alimentação da População Negra terá como objetivo abordar as questões relacionadas à desnutrição e alimentação inadequada que afetam especificamente a comunidade negra. Serão discutidos os

fatores socioeconômicos, históricos e culturais que contribuem para as disparidades alimentares e nutricionais, bem como as consequências para a saúde dessa população. A aula buscará promover a conscientização sobre a importância da alimentação saudável e equilibrada, além de debater estratégias para o acesso a alimentos de qualidade, educação nutricional e a valorização da culinária afro-brasileira e suas contribuições para uma alimentação sustentável e culturalmente diversa.

Atividade 6 – Aula aberta sobre Gastronomia Africana (EAD - 4h)

Ementa: A aula aberta sobre Gastronomia Africana visa explorar e valorizar a riqueza e diversidade da culinária africana. Serão abordados aspectos históricos, culturais e sociais relacionados à gastronomia africana, destacando ingredientes, técnicas de preparo e influências regionais. A aula também proporcionará uma análise crítica sobre a representatividade da gastronomia africana na mídia e no mercado gastronômico, buscando promover a valorização da culinária africana como patrimônio cultural, além de incentivar a inclusão de pratos africanos nos cardápios e a disseminação do conhecimento sobre a culinária afro-brasileira.

Atividade 7 - Oficina de Gastronomia Africana (limitado a 20 participantes, com possibilidade de mais de uma oferta - Presencial - 4h)

Ementa: A oficina de Gastronomia Africana tem como objetivo proporcionar uma imersão na cultura e sabores da culinária africana. Durante a oficina, os participantes terão a oportunidade de aprender sobre ingredientes típicos, técnicas de preparo e pratos tradicionais de diferentes regiões do continente africano. Serão abordados aspectos históricos, culturais e sociais relacionados à gastronomia africana, além de promover a valorização da diversidade e autenticidade dos sabores africanos. Os participantes terão a experiência prática de preparar e degustar pratos autênticos, explorando a riqueza culinária africana e seu potencial de influência na gastronomia global.

Orçamento (Receita e despesa)

Por se tratar de um evento gratuito, não haverá geração de receita. Haverá despesa para a compra dos insumos da Oficina de Gastronomia Africana, que será custeada pela pesquisadora.

APÊNDICE F

[1]ARTIGO CIENTÍFICO: UM RECORTE SOBRE O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM UMA IES DO SUL DO BRASIL: CONCEPÇÕES, PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS

UM RECORTE SOBRE O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM UMA IES DO SUL DO BRASIL: CONCEPÇÕES, PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS

[2]Cristiane Mondadori
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Brasil
E-mail: cristianem@ufcspa.edu.br
[3]Cleidilene Ramos Magalhães
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Brasil
E-mail: cleidirm@ufcspa.edu.br
Maria Isabel da Cunha
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Brasil
E-mail: cunhami@uol.com.br

[1] Artigo original não submetido.

[2] Graduada em Letras (Português, Inglês e Literaturas Correspondentes) e em Tecnologia em Gastronomia. Especialista em Língua Inglesa e em Gramática e Ensino da Língua Portuguesa. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde (PPGENSAU) da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). E-mail: cristianem@ufcspa.edu.br

[3] Mestre e Doutora em Educação e possui Pós-doutorado em Psicologia. Professora Associada da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), docente do Programa de Pós-Graduação Ensino na Saúde (PPGENSAU). Coorientadora da mestranda. E-mail: cleidirm@ufcspa.edu.br.

Mestre e Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação Ensino na Saúde (PPGENSAU) da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Orientadora da mestranda. E-mail: cunhami@uol.com.br

Resumo

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que analisou as concepções das docentes e bolsistas de apoio técnico e as percepções dos discentes acerca da disciplina eletiva Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros, ofertada em 2020, pelo Grupo de Estudos Afro-brasileiros (GEAB), de uma IES no sul do Brasil. A pesquisa é de natureza qualitativa. Os dados primários foram obtidos por meio de entrevistas realizadas com as docentes e bolsistas de apoio técnico e questionários aplicados aos discentes. Os dados gerados foram analisados por meio da análise de conteúdo, proposta por Bardin (2009). Constatou-se que, tanto as docentes e bolsistas, quanto os discentes, reconhecem a relevância do ensino das relações étnico-raciais nos cursos de graduação da Universidade, que forma exclusivamente profissionais da área da saúde e a necessidade de ampliar o lugar que este ensino já vem ocupando na Instituição, apesar de todos os desafios enfrentados.

Palavras-chave: Relações Étnico-raciais; Transversalidade; Educação antirracista.

.

Abstract

The article presents the results of a research that analyzed the perceptions of professors and technical support fellows, as well as the perspectives of students regarding the elective course "Health of the Black Population and Afro-Brazilian Studies", offered in 2020 by the Afro-Brazilian Studies Group (GEAB) at an institution of higher education in southern Brazil. The research is qualitative in nature. Primary data was obtained through interviews conducted with professors and technical support fellows, as well as questionnaires administered to students. The generated data were analyzed using content analysis, as proposed by Bardin (2009). It was found that both professors and technical support fellows, as well as students, recognize the relevance of teaching ethnic-racial relations in undergraduate courses at the University, which exclusively trains professionals in the health field, and the need to expand the space that this teaching already occupies in the Institution, despite all the challenges faced.
Keywords: Ethnic-racial Relations; Transversality; Antiracist Education.

Introdução

Este artigo é resultante de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Ensino na Saúde realizada no período de 2020 a 2021, em uma Instituição de Ensino Superior pública, cujos participantes foram docentes, bolsistas de apoio técnico e discentes vinculados a uma disciplina eletiva na temática das relações étnico-raciais. A investigação foi norteada com base na seguinte indagação: Como ampliar o ensino das relações étnico-raciais nos cursos de graduação da IES em questão, partindo do que já está sendo realizado atualmente?

Por meio da pesquisa, constatou-se que a universidade vem cedendo espaço ao ensino das relações étnico-raciais, não apenas pela obrigatoriedade legal, mas pelo seu compromisso assumido perante à sociedade, que pode ser conferido tanto na missão institucional – "produzir e compartilhar conhecimento e formar profissionais da área das ciências da saúde com princípios humanistas e responsabilidade social" -, quanto nos princípios institucionais[4]:

> 1. Compromisso com o desenvolvimento cultural, científico, tecnológico e socioeconômico do país;
> 2. Defesa da vida, dos direitos humanos, da solidariedade e da cultura da paz;
> 3. **Respeito à diversidade e ao pluralismo;**
> 4. Liberdade de expressão, de criação, de difusão e de socialização do saber;
> 5. Orientação humanística e contribuição para o exercício pleno da cidadania;
> 6. Compromisso com a sustentabilidade;
> 7. **Comprometimento com o combate às iniquidades na formação do profissional da saúde;**
> 8. Compromisso com a defesa de um sistema de saúde público, universal, gratuito e de qualidade.(UFCSPA, 2023, grifo da autora)

Constatou-se também que há docentes, bolsistas de apoio técnico e técnicos-administrativos, que após a formação do Grupo de Estudos Afro-brasileiros, o GEAB, têm se dedicado para a ampliação do lugar que esta temática ocupa nos espaços da universidade. Há também movimento por parte dos/as discentes negros/as, que compõem o Coletivo Negro Raça, e que propõem e participam de diversas atividades vinculadas ao tema. A disciplina eletiva Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros foi um marco dentro da universidade, pois, apesar de já existir uma disciplina obrigatória no Curso de Gestão em Saúde da instituição, intitulada Relações Étnico-Raciais, a oferta da disciplina eletiva foi o primeiro movimento do GEAB e possibilitou acesso aos/às discentes de todos os Cursos da Universidade.

[4] Disponível em: <https://www.ufcspa.edu.br/sobre-a-ufcspa/quem-somos/valores-institucionais> Acesso em: 17 fev 2023.

A educação para as relações étnico-raciais é uma temática importante e necessária no contexto educacional brasileiro, considerando as históricas desigualdades e discriminações sofridas pelas diferentes etnias, em especial pela população negra no país, dada a sua representatividade. Diante disso, a legislação brasileira tem buscado orientar e garantir que o tema seja abordado nas instituições de ensino, de forma a valorizar a cultura afro-brasileira e promover a igualdade racial.

Em 9 de janeiro de 2003, o Presidente da República à época (2003 a 2011) e novamente na atualidade (2023-2027), Luiz Inácio Lula da Silva, promulgou a Lei n° 10.639, tornando obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira.

A mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para uma educação antirracista que implica em uma transformação na forma como o conhecimento é produzido e apresentado no currículo escolar. Isso significa que é necessário reconhecer e legitimar a discussão sobre a questão afro-brasileira e africana, porém, não de qualquer maneira, mas sim através do diálogo intercultural (GOMES, 2012).

Ainda de acordo com Gomes (2012), esse diálogo intercultural deve ser emancipatório, o que significa reconhecer a existência de um "outro" como um sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. Isso implica em incorporar conflitos, tensões e divergências na construção de projetos curriculares, educativos e de sociedade. É importante ressaltar que não há "harmonia", "quietude" ou "passividade" quando se trata de dialogar sobre as diferentes culturas e os sujeitos que as produzem. O reconhecimento da nossa igualdade enquanto seres humanos e sujeitos de direitos e da nossa diferença como sujeitos singulares em gênero, raça, idade, nível socioeconômico e tantos outros é essencial nesse processo. Isso inclui também a livre expressão da fala e das opiniões dos sujeitos envolvidos no diálogo intercultural. Todas essas transformações são importantes para lidar com os conflitos, choques geracionais e situações-limite vivenciadas pelos estudantes das nossas instituições de ensino, especialmente aqueles pertencentes aos segmentos empobrecidos da nossa população.

Arroyo (2014) traz que a noção de "outros sujeitos" se relaciona com a importância de reconhecer a diversidade presente na sociedade e na sala de aula, e considerar as singularidades de cada aluno como elementos fundamentais para uma educação mais justa e inclusiva. Ele defende que a escola deve ser um espaço que acolhe e valoriza esses diferentes sujeitos, respeitando suas identidades e promovendo uma educação que vá além da simples transmissão de conteúdos, mas que considere as questões sociais e culturais envolvidas na formação dos sujeitos.

Como um desdobramento coerente e adequado da Lei supracitada, em 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer que propõe as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africanas

e Afro-Brasileiras. Para dar continuidade a esse processo, grupos de trabalho foram constituídos por uma vasta coletividade de estudiosos/as, especialmente educadores/as, contando com cerca de 150 envolvidos/as. O trabalho foi construído em jornadas realizadas em Salvador, Belo Horizonte, Florianópolis e Brasília, nas quais se formaram grupos de trabalho. Além disso, houve reuniões das coordenadoras dos referidos GTs entre dezembro de 2004 e junho de 2005. O processo incorporou a redação de várias versões dos textos e passou por uma equipe de revisão e sistematização do conteúdo. Com isso, veio a público o documento “Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais”, que representa um importante avanço na promoção da igualdade racial e da valorização da cultura afro-brasileira no sistema educacional brasileiro (BRASIL, 2006).

Além disso, é importante destacar que a educação das relações étnico-raciais, bem como o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, constitui temas que ganharam relevância e destaque nos últimos anos. De acordo com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, a inclusão desses temas nos currículos dos cursos de graduação é um critério importante na avaliação dos componentes curriculares, o que demonstra a sua importância na formação acadêmica dos profissionais da área da saúde (SINAES-BRASIL, 2017).

De acordo com o Portal do MEC[5], alguns cursos de graduação na área da saúde, como Farmácia, Medicina, Psicologia e outros, já atualizaram suas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para incluir a abordagem de temas transversais, incluindo questões relacionadas à diversidade étnico-racial, história e cultura afro-brasileira e indígena, entre outros.

Os temas transversais, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), foram definidos com base na urgência social, abrangência nacional e possibilidade de favorecer a compreensão da realidade e a participação social. Os temas transversais que compõem este documento são: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual e Temas Locais.

A Pluralidade Cultural é um tema transversal que enfatiza a importância da diversidade cultural e do respeito às diferentes formas de vida, valores e tradições das pessoas. É fundamental que os profissionais de saúde tenham uma compreensão aprofundada das diferentes culturas e práticas de saúde para fornecer cuidados culturalmente adequados e sensíveis. A inclusão desse tema nos currículos de cursos de graduação em saúde se constitui numa iniciativa importante para promover uma abordagem mais holística e inclusiva na formação desses profissionais.

[5] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2017-pdf/74371-rces006-17-pdf/file

> O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. (BRASIL, 1997)

A incorporação da transversalidade no ensino é um elemento crucial para aprofundar a compreensão da realidade vivida pelos alunos e desenvolver uma abordagem didática que promova não apenas uma visão crítica, mas também a prática de valores éticos e humanitários. A transversalidade permite a transmissão do conhecimento de forma mais abrangente e integrada, proporcionando aos alunos uma compreensão mais completa e crítica do mundo que os cerca. Assim, além de adquirir conhecimentos teóricos, os alunos podem desenvolver habilidades e valores essenciais para sua formação integral como indivíduos conscientes e responsáveis (Trevisam, Leister e Dicher, 2016).

Os movimentos sociais, em especial os identitários, como os de mulheres, negros, indígenas, LGBT, quilombolas e povos do campo, têm buscado há bastante tempo soluções para as questões que afetam esses grupos. Eles têm pressionado as instituições de ensino e a formação de professores a adotarem uma postura mais ativa e crítica em relação a essas demandas sociais e políticas, tanto em termos teóricos como práticos. É importante salientar que os movimentos sociais têm uma intenção política de impactar positivamente toda a sociedade, e não apenas os grupos que eles representam. Em sociedades pluriétnicas e multirraciais como o Brasil, avanços na articulação entre diversidade e cidadania podem ser vistos como ganhos na construção de uma democracia genuína, que busque a igualdade de oportunidades para diferentes segmentos étnico-raciais e sociais, superando o mito da democracia racial tão presente na sociedade brasileira (GOMES, 2012).

É significativo, também, ressaltar outra política de ação afirmativa que teve um grande impacto no Brasil, conhecida como a política de cotas raciais. Em 29 de agosto de 2012, foi promulgada a Lei nº 12.711, que estabeleceu a reserva de vagas para estudantes negros (pretos e pardos) e indígenas nas universidades e instituições federais de ensino técnico de nível médio. Essa política surgiu como uma medida para promover a igualdade de oportunidades entre brancos e a população negra, parda e indígena no acesso à educação superior pública. Em 2016, a Lei nº 13.409 alterou a política de cotas raciais, mantendo a reserva de vagas específicas para estudantes negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência que historicamente enfrentam maiores barreiras no acesso a esse nível de ensino.

Percurso metodológico

Neste estudo a geração dos dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários. As docentes e bolsistas de apoio técnico, vinculadas à disciplina eletiva, foram convidadas a participar de uma entrevista após a aprovação do projeto pelo CEP. As entrevistas foram conduzidas individualmente por meio da plataforma online Google Meet e gravadas com consentimento das entrevistadas, para facilitar a análise posterior. A duração média da entrevista foi de 30 minutos por docente/bolsista. Os alunos foram convidados a responder questionários online enviados por e-mail após a aprovação do projeto pelo CEP. Cabe ressaltar que todos/as os/as participantes assinaram o Termo de Livre Consentimento e que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade, sob o número 4.710.173.

O cenário de estudo foi uma IES no sul do Brasil, que conta, atualmente, com um campus localizado na capital, oferecendo além de 16 cursos de graduação, 64 programas de Residência Médica, quatro de Residência Multiprofissional, nove cursos de Especialização e 12 programas de Pós-Graduação Stricto Sensu[6].

Para a análise dos dados gerados foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, que consiste em um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas para descrever o conteúdo das mensagens (BARDIN, 2009). A Análise de Conteúdo é composta por três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Para explorar e tratar os resultados, utilizei a análise categorial, que é uma das técnicas mais comuns de Análise de Conteúdo e permitiu a classificação dos diferentes tipos de respostas.

Após a leitura e releitura dos dados gerados, as categorias finais foram definidas em dois momentos. No primeiro momento, foi criada uma tabela com as respostas dos participantes, gerando as unidades de registro. A partir disso, as unidades de contexto foram identificadas e categorias intermediárias foram buscadas. No segundo momento, utilizando as unidades de registro, de contexto e as categorias intermediárias, as categorias finais foram estabelecidas. É importante destacar que o mesmo processo foi aplicado tanto para a análise dos dados dos questionários respondidos pelos alunos quanto para as entrevistas com as docentes e bolsistas de apoio técnico.

[6] Disponível em: https://www.ufcspa.edu.br/sobre-a-ufcspa/quem-somos/nossa-historia. Acesso em: 27 fev. 2023.

Concepções das docentes e bolsistas de apoio técnico sobre a disciplina Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com quatro docentes e duas bolsistas de apoio técnico que participaram da disciplina Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros. As participantes foram convidadas a responder perguntas acerca dessa disciplina e do ensino das relações étnico-raciais e todas aceitaram participar. Duas das docentes se identificam como brancas, 1 como preta e 1 como negra parda. Cada uma pertence a um Departamento Acadêmico diferente, a saber: Educação e Humanidades, Nutrição, Saúde Coletiva e Psicologia. A variedade de departamentos envolvidos na construção e efetivação da disciplina é um fator muito importante para o alcance da transversalidade da temática. Quanto às bolsistas, as duas identificam-se como brancas, sendo uma formada em História e a outra em Psicologia.

Elaborei um roteiro de entrevista contemplando quatro questões, a saber: 1) Relate quais foram os principais objetivos que orientaram a criação da disciplina eletiva Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros? 2) A partir de sua experiência e acompanhamento da disciplina considera que os objetivos foram alcançados ao longo do semestre? Que argumentos justificam sua posição? 3) Há a perspectiva de nova oferta desta disciplina? O que embasa esta decisão? 4) Há possibilidades de integrar a história e cultura indígena em disciplinas e discussões futuras? Como você se posiciona frente a esta questão?

A partir da análise dos dados gerados nas entrevistas foi possível chegar a duas categorias: a) Ampliar o lugar das relações étnico-raciais nos cursos da IES e b) Perspectivas: o que se busca/pretende fazer e quais os desafios a serem enfrentados. Para preservar o anonimato das participantes, foram utilizados nomes fictícios ao expor os depoimentos mais relevantes para a construção dos resultados.

Ampliar o lugar das relações étnico-raciais nos cursos da UFCSPA

A postura dialógica é fundamental na educação, uma vez que esta pressupõe a construção coletiva dos espaços, ampliando horizontes por meio da aquisição de valores que possam transformar a sociedade. A educação acadêmica é uma prática que vai além da mera transmissão de conhecimento, pois também inclui a formação de cidadãos capazes de utilizar seus instrumentos intelectuais para objetivos que transcendam a simples reprodução do saber (BERSANI, 2018).

De acordo com Bersani (2018), o artigo 242, § 1º, da Constituição Federal de 1988 estabelece que o ensino da História do Brasil deve considerar as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro. Em 2003, a Lei 10.639 tornou obrigatório

o ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira, a fim de promover a compreensão da formação do país e combater o racismo. Essa iniciativa pode ser vista como uma oportunidade para discutir a diversidade étnica e multicultural do Brasil e desconstruir o olhar eurocêntrico sobre o país. No entanto, a implementação da Lei ainda não se efetivou por completo no sistema educacional do país, e as ações encontradas são esparsas.

A descolonização dos currículos é um desafio significativo para a educação escolar. As grades curriculares em geral são rígidas, o conteúdo dos currículos é muitas vezes empobrecido e há uma escassez de diálogo entre a escola, o currículo e a realidade social. É importante formar professores reflexivos e abordar as culturas que têm sido negadas e silenciadas nos currículos (GOMES, 2012).

> Numa perspectiva de descolonização dos currículos e na compreensão das rupturas epistemológicas e culturais trazidas pela questão racial na educação brasileira, concordo com o fato de que esse olhar é um alerta importante. A compreensão das formas por meio das quais a cultura negra, as questões de gênero, a juventude, as lutas dos movimentos sociais e dos grupos populares são marginalizadas, tratadas de maneira desconectada com a vida social mais ampla e até mesmo discriminadas no cotidiano da escola e nos currículos pode ser considerado um avanço e uma ruptura epistemológica no campo educacional. No entanto, devemos ir mais além (GOMES, 2012, p. 104).

Neste contexto, pensando na descolonização dos currículos, trago algumas reflexões das participantes, que demonstram preocupação em criar e ampliar o espaço para as questões étnico-raciais, nos currículos da IES:

> *[...] "O nosso objetivo foi trazer para a formação em Saúde a discussão sobre as questões étnico-raciais e os estudos afro-brasileiros, O GEAB começou com essa discussão em um nível de tentar aproximar as temáticas e poder também, para discutir ações e daí a disciplina veio como uma oportunidade da gente também ir se mostrando, se inserindo mais com a comunidade discente. Porque logo tinha muito próximo, o vínculo com o Coletivo Raça (coletivo negro formado por estudantes), que foi quem também andou junto com o GEAB no início. Então, a gente pensou a disciplina com esse objetivo, de poder discutir as questões étnico-raciais afro-brasileiras, as especificidades, as questões históricas, os impactos e as reverberações dessa história na constituição do sujeito e na formação em saúde, e tentar pensar um pouco as lacunas em relação à formação e o que que a gente poderia refletir. A ideia da disciplina era, justamente, eu entendo, criar esse espaço, que a gente mostrasse que existia essa lacuna." (Ana)*
>
> *[...] "vamos usar essa disciplina, vamos pensar numa disciplina que seja eletiva onde a gente possa abordar as questões gerais, o racismo e tal, mas fazer essa interlocução com o fazer dos profissionais da saúde para que o aluno entenda que ele tem, que existem outros corpos que precisam ser estudados." (Leila)*
>
> *[...] Então a ideia da disciplina surgiu para que a gente pudesse falar dessas diferenças e ouvir profissionais da área da saúde, como no dia a dia isso é discutido, então vai além da universidade. Como é que isso tá na prática? Existe alguma diferença? Ou se, se faz, tem algum olhar especial para esse corpo que é um corpo humano? Aí vêm aquelas pessoas que defendem o*

> *mito da democracia racial, "Todos os seres humanos", "Nós somos iguais", "A gente pertence à raça humana", que é pra gente pensar no genótipo e não no fenótipo, que não é verdade, a gente tem relatos, registros, de que as mulheres negras, durante o parto, as suas dores são desconsideradas. Dizem: "pode ficar mais tempo porque vocês são mais fortes". Então tem uma série de mitos em torno do corpo negro, os escravos suportavam, sobreviviam, na verdade, às barbáries impostas e por isso são pessoas mais fortes. Não, né? Tinham que sobreviver de alguma forma. Então um pouco a ideia da disciplina é nesse sentido; ela surgiu dessa preocupação de alguns estudantes que movimentou os professores e a gente foi se movimentando para fazer a disciplina acontecer. (Leila)*

> *[...] A disciplina também tentou oferecer uma visão ampla sobre várias temáticas que se atravessam, não é que se atravessam, é que são parte dessa temática. São integrantes dessa temática. Essas nuances, que talvez antes, para alguns não eram tão conhecidas ou aprofundadas de uma forma mais conhecida, de uma forma mais aprofundada. Então eu acho que sim, que foi importante, acho que atingiu o objetivo. (Ana)*

> *[...] o principal objetivo da criação veio também um pouco através da criação do próprio GEAB, que, pra mim, é um marco que a gente teve e também por conta do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), em que os alunos do Coletivo fizeram uma participação. Nele incluíam a questão de ter uma disciplina, para todos os cursos, que falasse sobre as questões étnico-raciais." (Laura)*

> *[...] O objetivo era movimentar, fazer as pessoas pensarem que existem essas particularidades e que a gente tem que respeitar. (Leila)*

Estas manifestações direcionam-nos à compreensão das participantes como pessoas que entendem a importância de integrar a temática das relações étnico-raciais nos cursos de graduação da universidade. Segundo Silva (2021), no Brasil, políticas públicas foram implementadas no campo educacional com o objetivo de ampliar o acesso da população negra e indígena às universidades, por meio de cotas e ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. Essas políticas e diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais representam um avanço importante na luta contra o racismo, promovendo mudanças nas práticas e revisão dos currículos educacionais com uma perspectiva crítica ao euro-centrismo, que ainda é muito presente na formação de professores. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer em relação à oferta de disciplinas obrigatórias sobre a temática das relações étnico-raciais no ensino superior, exceto em algumas universidades que já adotaram essa abordagem.

A partir do entendimento de que é necessário descolonizar os currículos e ampliar o ensino das relações étnico-raciais nos cursos de graduação da universidade, passamos à segunda categoria, que trata então, das perspectivas e desafios para se colocar isso em prática.

Perspectivas: O que se busca/pretende fazer e quais os desafios a serem enfrentados

Apesar da implementação das políticas públicas mencionadas neste estudo, elas não foram suficientes para mudar a forma como a maioria dos educadores, escolas e universidades tratam os alunos negros. Infelizmente, esses alunos ainda são desvalorizados, estigmatizados e excluídos, enquanto os alunos brancos são constantemente representados e passam pela escola sem refletir sobre sua posição privilegiada na sociedade e as vantagens raciais que possuem. Isso ocorre porque muitas vezes se acredita que a raça não tem impacto no ambiente escolar, ignorando a realidade de desigualdade racial que existe (ORRICO, 2021).

As participantes das entrevistas deixaram claro que há a intenção de ampliar o espaço que as relações étnico-raciais ocupam nos cursos da UFCSPA e algumas reproduzem o que se pretende fazer, bem como os desafios a serem enfrentados. Para além do exposto por Orrico (2021), algumas também citaram as dificuldades enfrentadas na UFCSPA por sermos uma Universidade pequena, carente de recursos humanos para a ampliação e posterior manutenção da inclusão da temática nos currículos. O preconceito por parte de alguns docentes foi citado também como um desafio a ser superado.

> *[...] a gente tem que agora buscar potencializar esse espaço e fazer outras edições da disciplina. Claro que dentro das possibilidades que nós docentes temos; a gente tem uma bolsista e frente a todo esse cenário de cortes não se sabe como é que vai ser, se vamos conseguir mantê-la. Mas a sementinha plantada com o apoio incondicional da nossa bolsista acho que é um bom* start *pro processo. (Leila)*
>
> *[...] é importante ofertar em algum momento novamente essa disciplina para outros alunos; mas também a gente começou a conversar, devido principalmente à questão da curricularização da extensão e da necessidade de mudança no currículo. Talvez a gente pudesse fazer um esforço de colocar essa disciplina como obrigatória em todos os cursos. Então, se isso acontecer, eu acho que a ideia é que ela seja bem inicial, mas é um debate que a gente vai ter que fazer e uma forma de buscar e encontrar a melhor forma também de inserir isso obrigatoriamente no currículo. (Daniela)*
>
> *[...] não é o fato da gente ter feito uma eletiva que deu super certo, que teve uma grande adesão e que cumpre um espaço, que a gente tem que deixar de lado a questão ou que isso possa fazer a gente esquecer que o que queremos de verdade é que isso aconteça pra todos. Ou seja, que ela esteja incluída na formação obrigatória; não seja uma opção. (Ana)*
>
> *[...] se os professores tivessem esse pensamento mais amplo de pensar nas intersecções todas, talvez a gente tivesse um profissional de saúde formado com uma visão mais ampla de ser humano, com uma sensibilidade maior para as diferenças. (Camila)*
>
> *[...] a gente vai aproveitando esses momentos, a nossa Instituição tem um déficit de pessoal grande, então, por exemplo, no nosso Núcleo e no GEAB, não temos um técnico designado para fazer as funções administrativas, de*

> *secretaria, de atender aluno, de pensar, de qualquer ação que seja, fica tudo conosco (docentes). (Ana)*
>
> *[...] Na Saúde Mental a gente estuda principalmente o sujeito branco, euro-centrado. Então, que a gente chegue num momento em que não se precise criar disciplinas específicas para falar sobre a população negra, porque estaremos falando sobre ela em todas as cadeiras, em todos os momentos. Porque é a maioria da população do nosso país. Só que mesmo nós brancos sendo minoria em termos quantitativos, a gente ainda ocupa esses espaços e, enfim, creio que o meu desejo é esse, que a gente consiga transversalizar essa discussão, que ela ocupe os currículos integralmente. (Maria)*
>
> *[...] Então precisamos que isso também seja uma questão institucional, uma prioridade, um investimento também, institucional, para que isso aconteça. Mesma questão com as temáticas outras que envolvem o NID (Núcleo de Inclusão e Diversidade da UFCSPA). (Ana)*
>
> *[...] Quando tu pensa numa universidade específica da área da saúde com um compromisso importante, de produzir conhecimento para o SUS e de produzir trabalhadores para o SUS também, a temática é importante, mesmo que alguns egressos possam ir para a área clínica privada. E aí a gente forma trabalhadores, pesquisadores, que vão lá na frente atuar com esse público. Quem é a maioria que acessa o SUS? É a população negra. A formação pensa num padrão de sujeito, um padrão de corpo, um padrão de saúde e lá na frente a gente vai se deparar com outras realidades, outras necessidades, outra constituição do sujeito, de saúde. Então eu acho que é super importante essas temáticas, porque senão a gente vai seguir formando profissionais, pesquisadores que reproduzem a mesma lógica que não é a predominante em nosso país. No final das contas é isso. A gente estuda temas, autores, formas de pensar, de ver o mundo, que não têm nenhuma relação com a nossa realidade. E não quer dizer que esses conhecimentos não sejam importantes, mas a questão é que a gente anula todos os outros. (Maria)*
>
> *[...] E tem toda essa questão de preconceito que existe dos professores de "Ah, vai entrar por cotas", "Vai diminuir a nota do curso", "Vai tirar o prestígio que o curso tem hoje", e na realidade não. A gente tá fazendo esse trabalho também, que é muito importante, com a formação docente. Para realmente mostrar que os alunos entram por mérito, mas tem a questão de cotas que aumenta a participação desses alunos. Que ainda é muito pouca. Ainda é muito pouca.*
> *Ou melhor, às vezes só faltou a oportunidade de serem enxergados sem um olhar discriminatório. Na verdade é isso. (Laura)*
>
> *[...] normalmente os coordenadores não são muito receptivos porque ali vai dificultar, nem todo mundo quer trabalhar com determinadas temáticas e tal. (Leila)*
>
> *[...] Mas acho que é isso, tem os passos, tu vai criando, faz uma atividade, faz uma optativa, faz uma formação institucional que eu acho que é um passo bem grande, bem importante. Depois tu faz uma disciplina obrigatória e assim vai. (Maria)*

Diante do exposto pelas participantes, fica claro que se pretende, a passos pequenos, incorporar cada vez mais a temática nas atividades dentro da Universidade, não apenas para os discentes, mas também para os docentes e corpo técnico-administrativo. Posso citar, como membro do GEAB, algumas ações[7] desenvolvidas pelo grupo após a realização dessas

entrevistas, ainda no ano de 2021, que corroboram com o desejo que elas provocaram em relação à temática em questão:

[7] Informações retiradas do Relatório de Atividades do GEAB (2020-2022), disponível para membros do grupo.

1) Realização de um curso de formação institucional "**Ações Afirmativas e Diversidade na Universidade"**, contando com a participação de docentes, técnico-administrativos e bolsistas de apoio técnico da UFCSPA. Em 2021 foram realizados os módulos 1 - *Ações Afirmativas e Política de Cotas na universidade: histórico e conceitos*; e 2 - *Raça e racismo no Brasil e na universidade*.
2) Participação na Disciplina Eletiva ofertada pelo NID: "**Inclusão, acessibilidade e diversidade: reflexões sobre a formação em saúd**e" (2021/2), atingindo 30 estudantes matriculados;
3) Realização de Live sobre "**Saúde da população indígena no Brasil**", no mês de abril de 2021.
4) Participação na Comissão Organizadora do **VI Fórum de Ações Afirmativas das Instituições de Ensino Superior da Região Sul**, realizado em outubro de 2021;
5) Planejamento e realização do "**Programa Conexões Negras"** em parceria com o Núcleo Cultural da UFCSPA, com o objetivo de divulgar obras de autoria negra (2021/2)
6) Planejamento e realização do **"Webinário Por uma universidade Antirracista"** também em parceria com o NCult, no mês de Novembro de 2021.
7) Planejamento e organização do **"Fórum Ações Afirmativas e a População Indígena",** no qual, o GEAB convidou a comunidade acadêmica para um debate e a reflexão sobre o ingresso e a permanência de estudantes indígenas na UFCSPA;
8) Planejamento e realização da disciplina eletiva **"Estudos afro-brasileiros e indígenas" (2021/2)**.

Sendo assim, entendo que ações têm sido desenvolvidas na IES, a despeito dos desafios existentes, por parte do GEAB, para que se possa ampliar e manter o lugar das relações étnico-raciais, não só nos cursos de graduação, mas na Universidade como um todo. Infelizmente, ainda não foi incorporado o caráter obrigatório da temática nos cursos, mas com a atualização dos currículos, devido à inclusão legal da extensão nos mesmos, pode haver uma movimentação por parte de alguns cursos, no sentido de incluir, pelo menos, uma disciplina optativa sobe a temática em sua grade curricular. Neste estudo não foi ainda possível analisá-los pois, até o momento da finalização desta pesquisa, os mesmos não se encontravam publicados no site da Instituição.

Percepções dos/as discentes sobre a disciplina Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros

Os/as discentes foram convidados por e-mail a responderem um questionário sobre a disciplina eletiva Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros, da qual haviam

recentemente participado. Foram enviados questionários a 80 alunos que cursaram a disciplina, no entanto, apenas 8 responderam dentro do prazo estipulado. Não chegamos à compreensão do porquê da baixa adesão à pesquisa, mas as respostas que obtivemos nos ajudaram a compreender as percepções deste grupo de discentes, que se demonstrou muito engajado com a temática. Dentre os participantes, 4 se autodeclararam brancos, 1 negro e 3 pretos, com idades entre 21 e 31 anos. Quanto ao gênero, 3 se identificaram com o gênero masculino, 3 com o gênero feminino, 1 se identificou como não-binárie e 1 como mulher cisgênera. Quanto aos cursos dos/as discentes, 1 era do curso de Fonoaudiologia, 2 do curso de Gestão em Saúde, 2 do curso de Medicina, 2 do curso de Psicologia e 1 do curso de Fisioterapia.

O questionário contemplava 6 questões, a saber: 1) Qual foi seu objetivo ao se matricular na disciplina eletiva Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros? 2) Qual a sua expectativa com a disciplina? Que temas gostaria que fossem abordados? 3) Como avalia o andamento da disciplina até agora? (Objetivos, conteúdos, metodologias, outros…) 4) Destaque quais, na sua opinião, são os pontos positivos da disciplina eletiva Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros. Sugira o que poderia melhorar. 5) Quais temas que não foram abordados que podem enriquecer uma nova oferta da disciplina? 6) Pensando no curso em que está matriculado, a disciplina trouxe temas que podem ser utilizados em sua vida profissional? Pode dar exemplos?

A partir da análise dos dados gerados com base nas respostas dos questionários foi possível chegar a três categorias: a) Ampliar o lugar sobre o tema; b) Impacto da disciplina e c) Perspectivas. Para preservar o anonimato das participantes, foram utilizados nomes fictícios ao expor os depoimentos mais relevantes para a construção dos resultados.

Ampliar o olhar sobre o tema

A Lei 10.639/2003 não deve ser compreendida apenas como uma demanda dos movimentos sociais e relevante apenas para a população envolvida neste grupo. É crucial transcender a perspectiva reducionista e reconhecer a urgência da implementação dessa Lei devido à negligência histórica de exclusão que permeia a tradição da lógica educacional, o que requer reformulação nas políticas públicas relacionadas à educação. Além disso, essa Lei apresenta um indubitável potencial para contribuir substancialmente na formação de cidadãos com consciência histórica e valorização da diversidade cultural no contexto brasileiro (Bersani, 2018).

Partindo deste pressuposto e por meio das respostas dos/as discentes, ficou evidente que a disciplina Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros caminhou lado a lado com a proposta de ampliar o lugar das relações étnico-raciais nos cursos da UFCSPA. Trouxe

expressiva contribuição para a formação dos/as alunos/as que cursaram a disciplina, que tratou de assuntos, tais como: raça e racismo; diretrizes da educação para as relações étnico-raciais; direito à saúde da população negra e o SUS; Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a população Negra, alimentação e a população negra, saúde mental da população negra, segurança pública e racismo, racismo linguístico, saúde da mulher negra. Trouxe, ainda, experiências de profissionais e estudantes de saúde negros e negras sobre suas vivências na área:

> *[...] Meu objetivo foi ampliar meu olhar acerca das questões que tangem a discussão de raça e ter maior sensibilidade e atenção com os atendimentos a estas populações. (João)*
>
> *[...] Entender mais sobre racismo e as necessidades da população preta, além de apoiar um projeto tão inovador. (Pedro)*
>
> *[...] entendendo melhor as vulnerabilidades de determinadas populações conseguimos desempenhar uma melhor atuação, até para poder fazer um melhor planejamento terapêutico. (João)*
>
> *[...] desenvolver habilidades e pensamentos críticos sobre a conjuntura social que nós vivemos. Com esse parâmetro, eu conseguiria objetivar melhor o meu lugar e o meu papel como futuro profissional da saúde e voltar o meu atendimento de forma diferenciada para cada especificidade social, como por exemplo, a saúde integral da população negra. (Carla)*

Pensando a IES como a única universidade exclusiva da área da saúde no Brasil, cabe destacar que a pesquisa em saúde baseada em evidências tem comprovado que certas doenças são mais prevalentes ou evoluem de maneira diferente em determinados grupos étnicos ou raciais, influenciados por fatores ambientais e culturais, juntamente com a genética. No entanto, é importante lembrar que os seres humanos são governados por leis biológicas e que existe uma produção social da doença ou manutenção da saúde dentro das condições das sociedades de classes, opressão racial/étnica e opressão de gênero. Portanto, é crucial considerar o significado político de apresentar dados de morbidade e mortalidade com base em sexo/gênero e raça/etnia, pois isso pode fornecer uma visibilidade essencial para esses grupos (Oliveira, 2004), e também outros conteúdos relacionados às relações étnico-raciais, visando sempre a ampliação do lugar da temática nos cursos de graduação da Universidade.

A partir da concepção discente de um olhar mais ampliado a estas questões, foi interpretado nas respostas dos/as discentes o impacto que a disciplina causou, o que será discutido no próximo tópico.

Impacto da disciplina

A formação acadêmica dos profissionais da área da saúde pode ser enriquecida por meio de ações educativas que visam combater o racismo e outras formas de discriminação. Esses temas podem se tornar relevantes durante o desempenho do trabalho desses profissionais, portanto é importante que eles estejam preparados para lidar com essas situações.

Mesmo não tendo ainda o caráter obrigatório deste ensino dentro dos cursos de graduação da UFCSPA, essa primeira disciplina ministrada sobre o assunto, aberta a todos os cursos de graduação, trouxe impactos positivos, de acordo com a percepção dos alunos:

> *[...] Foi uma disciplina muito bem construída, em especial nos assuntos que buscou tratar. Infelizmente, tratar das relações étnico-raciais e a saúde da população negra em uma única disciplina é uma tarefa impossível. Somos múltiplos em nossa existência e não cabemos em apenas 30, 45 ou 60h. (Paulo)*
>
> *[...] A disciplina foi bem dinâmica. Aprendemos questões bem gerais, porém, de extrema importância. Por ser uma primeira experiência, acredito que tenha sido novidade pra todo mundo. Os meus objetivos foram alcançados. Os conteúdos diversos e a metodologia de avaliação foram importantes nesse processo. O mais legal era sempre sair da aula com o "cérebro fritando" de tantas informações novas que eu nunca tinha me questionado. (Carla)*
>
> *[...] Achei muito boa!! Conseguiu entregar o conteúdo bem e ainda assim proporcionar um espaço de discussão e de grande aprendizagem. Gostei do fato de terem muitas referências recomendadas, e estas serem de grande qualidade. (Fernanda)*
>
> *[...] é um tema muito importante e pouco debatido dentro da universidade. Além disso, uma grande concentração de alunos negros numa mesma cadeira fez com que eu me sentisse mais pertencente àquele local. (Carla)*
>
> *[...] de maneira mais imediata o entendimento de que vivemos ainda uma situação de genocídio da população preta e como profissional é meu dever lutar contra isso seja na vida pessoal ou no meio de trabalho. (Pedro)*
>
> *[...] trouxe muitas reflexões sobre a realidade das pessoas negras. Além disso, aprendi aspectos importantes do SUS e do SUAS e que são essenciais para as famílias menos assistidas. Outra questão importante é sobre práticas culturais e crenças de diversas comunidades. Devemos SEMPRE respeitar e introduzir essas práticas num atendimento/tratamento adequado e horizontal. (Carla)*
>
> *[...] Com certeza, essa disciplina abordou temas que não se abordam nas disciplinas curriculares dos cursos. Extraí diversos conhecimentos sobre*

> *psicologia, nutrição, saúde da mulher, gestão que é a minha área e acredito que todos que participaram das aulas também puderam extrair esses conhecimentos. (Vinicius)*

> *[...] Principalmente a aula sobre saúde mental e sobre interseccionalidade, mas acredito que entender a relação da pessoa preta com a sociedade, incluindo alimentação, encarceramento e relação com a polícia, educação e muito da linguagem. A parte da linguagem acho essencial para a formação de profissionais de saúde antirracistas. (Fernanda)*

Pode-se inferir, pelo exposto, que a disciplina foi de extrema importância para os/as alunos/as que a cursaram. Muitos não tinham tido contato com essa temática até então e se sentiram impelidos a refletir sobre questões que vão além do que os currículos trazem. Ouso dizer que foi uma semente plantada, para que ao longo do tempo, sejam colhidos bons frutos, no que tange à necessidade de construir uma sociedade mais igualitária e livre do racismo.

Perspectivas

Ao encontro do que foi verificado a partir das entrevistas com as docentes e bolsistas de apoio técnico, os/as discentes trouxeram perspectivas de que a temática seja abordada de forma transversal, daqui para frente, perpassando todas as disciplinas de todos os cursos. Entende-se aqui que uma disciplina apenas não é suficiente para abarcar todos os conteúdos necessários para a construção de uma educação antirracista, mas que seria importante, sim, que houvesse alguma disciplina de caráter obrigatório a todos os cursos nesta temática:

> *[...] minha sugestão é que a temática seja abordada em todas as disciplinas de todos os cursos, para que a disciplina não tenha que tentar abordar um mundo de temas em poucas semanas. (Paulo)*

> *[...] Sugiro que expandam a disciplina, se possível, busquem novas temáticas que por ventura não conseguiram tratar. (Vinícius)*

> *[...] Acredito que poderia ser uma disciplina obrigatória nos cursos da UFCSPA. (Fernanda)*

Os/As discentes também trouxeram temas que gostariam que fossem abordados em próximas oportunidades e que causariam impacto direto ao seu curso de formação, como exemplos, dermatologia da pele negra, citado por um aluno do Curso de Medicina e casos clínicos de atendimento em saúde com fatores relacionados à raça do usuário negro, citado por um aluno do Curso de Psicologia. A partir destes temas, será elaborado um produto educacional, que contribuirá para a ampliação do lugar que as relações étnico-raciais ocupam na UFCSPA.

Considerações finais

Os achados desse estudo mostraram que apesar dos desafios para a descolonização dos currículos e inserção da temática das relações étnico-raciais como conteúdo transversal e obrigatório, a IES demonstra preocupação e interesse em seguir as recomendações de leis e orientações vigentes acerca do tema. A disciplina de Saúde da População Negra e Estudos Afro-brasileiros foi um *start* muito relevante, por parte do GEAB, que culminou em outras ações do grupo em prol desta causa.

Há muito ainda que se trabalhar para que a Universidade chegue a uma realidade próxima do desejável, mas é muito importante destacar o GEAB está sempre em busca de novos membros e trabalhando com formações institucionais, que envolvem docentes, bolsistas, técnicos-administrativos e estagiários, na esperança de abranger e conscientizar um público cada vez maior que poderá contribuir para incluir a temática na formação dos discentes, futuros profissionais da saúde.

O ensino das relações étnico-raciais em ambientes universitários é uma temática relevante e necessária para a formação de profissionais e cidadãos críticos e conscientes. O estudo e a reflexão sobre a diversidade étnico-racial, cultural e social são fundamentais para compreender e superar as desigualdades e discriminações presentes na sociedade. Nesse sentido, as universidades têm um papel importante na promoção da educação antirracista e na formação de uma sociedade mais justa e igualitária. O ensino das relações étnicas deve estar presente em todas as áreas do conhecimento e ser abordado de forma transversal, a fim de proporcionar uma compreensão ampla e contextualizada das questões étnico-raciais no Brasil e no mundo.

Importante também destacar que a temática extrapola o ambiente acadêmico pois, com o aumento da conscientização sobre a importância da diversidade e da representatividade na mídia e na sociedade como um todo, empresas têm investido em pesquisa e desenvolvimento de produtos específicos para a população negra. A produção de tais produtos é importante porque, além de atender às necessidades específicas desse grupo, também contribui para a valorização da diversidade e para a promoção da inclusão social. É fundamental que todas as pessoas se sintam representadas e respeitadas em todos os aspectos da sociedade.

Referências

ARROYO, Miguel. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias. 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BERSANI, H. RACISMO ESTRUTURAL E O DIREITO À EDUCAÇÃO. 2018 Disponível em: https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6975/2829

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL. Casa Civil. LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: 10 mar 2023.

BRASIL. Casa Civil. LEI Nº 13.409, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1> Acesso em: 10 mar 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e a distância. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais. Ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais: educação e descolonização dos currículos. Revista Currículo sem Fronteiras, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 98109, 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. Estud. av., São Paulo , v. 18, n. 50, p. 57-60, Apr. 2004 . Disponível em: <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Mar. 2023. https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100006.

ORRICO, Maria Isabel Donnabella. Branquitude crítica dissimulada: desafios da educação para as relações étnico-raciais / Maria Isabel Donnabella Orrico. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

SILVA, M. A. B. DA. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. Educação e Pesquisa, v. 47, n. Educ. Pesqui., 2021 47, p. e226218, 2021.

TREVISAM, Elisaide.; LEISTER, M. A.; DICHER, M. A .TRANSVERSALIDADE NO ENSINO SUPERIOR COMO VIA DE REFORMA PARA UMA EDUCAÇÃO ÉTICA E HUMANITÁRIA. In: Conferência Internacional Saberes para uma Cidadania Planetária, 2016, Fortaleza - CE. Saberes para uma Cidadania Planetária. Fortaleza: UECE, 2016. v. 1. p. 1-11.